



UIPSSDB

Instituições
do distrito
têm problemas de
sustentabilidade

BRAGANÇA

Casa Monsenhor
Adelino
com resposta
residencial
aos idosos

M. CAVALEIROS

Alterações
às Casas
de Acolhimento
causam
problemas
financeiros

FUNDÃO, 19 DE SETEMBRO

CNIS promove seminário sobre sexualidade nas pessoas com deficiência

DIA 23 SET.

Mirandela (10h às 12h)
Vinhais (14h às 16h)
Macedo de Cavaleiros (17h às 19h)

DIA 24 SET.

Carrazeda de Ansiães (10h às 12h)
Vila Flor (14h às 16h)
Torre de Moncorvo (17h às 19h)

DIA 25 SET.

Freixo de Espada à Cinta
(10h às 12h)
Alfândega da Fé (14h às 16h)
Mogadouro (17h às 19h)

DIA 26 SET.

Miranda do Douro
(10h às 12h)
Vimioso (14h às 16h)
Bragança (17h às 19h)
Concerto no TMB (21h)

DIA 27 SET.

Visita às escolas e IPSS
(9h às 12h)
Almoço (12h30)
Sessão solene (14h30)
Atuações na Praça Camões
(10h às 17h)
Encerramento da Festa (17h)



Eugénio Fonseca



ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

Alguns pressupostos morais

Na agenda política do nosso país, nas últimas semanas, para além dos problemas com acesso a cuidados urgentes de saúde, muito se tem falado da elaboração do Orçamento do Estado (OE). Os Partidos Políticos, com assento parlamentar, sobretudo os que maior poder têm para viabilizar ou não a aprovação de tão importante documento para a governação do país, vêm a público dar a conhecer o que exigem do Governo para a aprovação do OE. Fala-se de alterações no IRS, no apoio à habitação, à Saúde e à Educação, na regulação da entrada de migrantes. Confesso que este é o único tema mais profundamente social de que muito tem falado uma força parlamentar. De resto, pessoalmente, ainda nada ouvi, de relevante, sobre percentagens orçamentais para a erradicação da pobreza, para a solidariedade social, que, concretamente, dê um contributo maior para a urgente sustentabilidade de uma significativa parte das nossas IPSS.

Na elaboração de um OE tem que haver competências técnicas relevantes, visão política que tenham como único alcance o bem comum do qual ninguém fique de fora. Economistas, financeiros e políticos, a par das qualidades que tenham para a realização de tarefa tão exigente e influente para a governação de Portugal durante o próximo ano, não podem deixar de possuir condições morais, ou seja, que sejam capazes de se colocarem acima de quaisquer interesses político-partidários, bem como de se conservarem imunes a pressões que não tenham como finalidade última o desenvolvimento sustentável do país.

Este tipo de desenvolvimento não pode dispensar a dimensão ética. Só se consegue ter esta capacidade na medida em que se considerar a pessoa como um ser portador de uma dignidade inviolável e a natureza, não como algo de que podemos dispor, como se fossemos seus proprietários. Nunca se conseguirá OE sem se reconhecer esta centralidade do ser humano e dos seus valores incomensuráveis, face a opções impessoais dos cifrões e das burocracias, que, muitas vezes, obstaculizam o direito à

igualdade de oportunidades. O primado da pessoa aponta para a prioridade do ser sobre o ter, do qualitativo sobre o quantitativo. A execução do OE não é possível sem a participação criativa, fidedigna, honesta, tendo como metodologia a subsidiariedade. Para a solução de problemas estruturantes, sou defensor da criação de políticas públicas. Porém que sejam construídas no sentido de que todos tenham igual oportunidade de aceder ao que delas resultar de desenvolvimento pessoal e comunitário. Por isso, que a construção dessas políticas sejam da responsabilidade da Assembleia da República e do Governo, mas a sua aplicação respeite o princípio da subsidiariedade, porque ganhará em eficácia e eficiência. Nunca é demais lembrar que em qualquer medida de governo da nação, os legisladores têm o dever também de libertar a exequibilidade, seja do que for, das garras paralisantes, que são o excesso de atos burocráticos.

Dado que o desenvolvimento sustentável tem uma dimensão dinâmica tem de se alavancar no conhecimento da realidade e numa constante preocupação social para que ninguém fique na margem do desenvolvimento económico. Esta dinâmica exige uma nova teoria de desenvolvimento. Há que ajustar a valorização moral e o aumento das capacidades participativas das cidadãs e dos cidadãos a nível individual e/ou através da integração em órgãos intermédios, como são as IPSS. Enquanto não for assim, a democracia não se realiza completamente, porque se governa para o povo e não com o povo. Quando assim for, os cidadãos sentem-se mais ou menos integrados nas suas comunidades locais, regionais e nacional. São duas, entre outras, as atitudes fundamentais nas propostas éticas do desenvolvimento: (a) É necessário trabalhar na linha de um fortalecimento do tecido social, e na criação de novas formas de organização tendentes a abandonar burocracias e hierarquias; (b) É preciso comprometer-se com instituições sociais e políticas, para reivindicar junto da Administração Pública, recursos em favor de áreas em piores situações económica e socialmente. O acompanhamento da execução

do OE deveria ser acompanhado por este tipo de instituições e não só pela Assembleia da República.

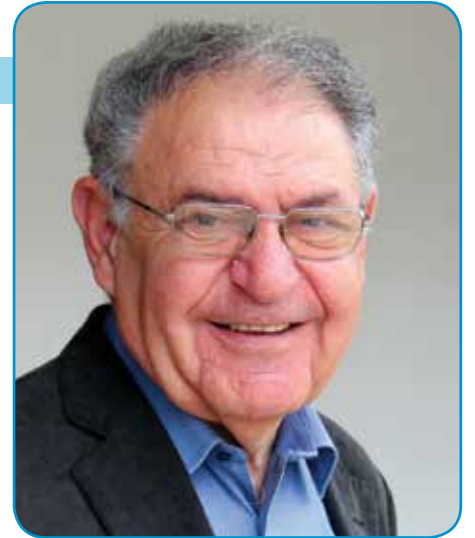
Para que a elaboração do OE possa ter em consideração estes valores morais é importante que todos os que têm esta responsabilidades não deixem de ter em conta a justiça social e a solidariedade. Sem elas é inevitável o aumento das injustiças sociais que geram as causas de múltiplas formas de pobreza e de exclusão social. Que o OE apresente medidas que são fundamentais para vencer este flagelo que no nosso país teima a resistir aos programas elaborados. É imprescindível investir, significativamente, no sentido de eliminar o abandono ou o insucesso escolar e criar incentivos para a criação de postos de trabalho com salários dignos, porque não sendo estas as duas únicas soluções para a erradicação da pobreza, são das mais significativas. A concretização do OE, se se tiver em conta os pressupostos morais referidos, apontam para um indicador de responsabilidade comum. É uma visão de um novo tipo de pessoa cuja prática solidária e responsável há de realizar-se mediante o reconhecimento dos outros, como pessoas com igual dignidade.

A questão ecológica também não pode ficar esquecida no OE. Ela é transversal a todas as áreas governativas. A qualidade de vida há de alicerçar-se numa sensibilização e formação permanentes que levem a um aumento progressivo da consciência ética que têm a sua fonte e referência na responsabilidade tanto nas políticas meio-ambientais como no enfrentar estruturas básicas e os problemas sociais de nível nacional.

Tenho plena consciência de que os implicados no OE, que vai ser posto à apreciação e votação dos grupos parlamentares, não têm em conta estes pressupostos e outros que, por falta de espaço não referi, porque, mesmo que tenham a perceção da importância destes valores morais, motivações financeiristas e ideológicas sobrepõem-se à opção pelo bem comum. Pelo menos que prevaleça uma atenção preferencial por medidas públicas de políticas de solidariedade social.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



VIVÊNCIAS DA SEXUALIDADE, AFETOS E RELAÇÕES DE INTIMIDADE

O caso das pessoas mais velhas apoiadas pelas IPSS

Sob o tema em epígrafe, no passado dia 23 de julho, decorreu em Aveiro um Seminário promovido pela CNIS. Pela importância do tema, normalmente ignorado, apresentam-se as conclusões:

As questões da sexualidade e das relações de intimidade das pessoas mais velhas nas instituições são complexas, multidimensionais e apresentam desafios para os utentes, para as instituições, para os trabalhadores e para as famílias.

As instituições cuidam de «pessoas de direitos, mas também de pessoas de expressões». Deve, assim, partir-se do pressuposto de que **as pessoas têm o direito de decidir autonomamente também quanto à expressão da sua sexualidade**, sendo este direito um direito fundamental dirigido à manutenção da dignidade de cada pessoa, seja qual for a sua idade e a sua condição de saúde. E este direito integra mesmo, em alguns países, parâmetros de avaliação da qualidade da intervenção de uma instituição.

Mas é um direito que enfrenta múltiplas dificuldades.

Desde logo, as dificuldades relacionadas com atitudes inadequadas dos profissionais e dos outros utentes (ridicularização, inferiorização, discriminação) **e ainda as fragilidades das instituições** (limites físicos das suas instalações e falta de formação dos profissionais).

A possibilidade de fazer escolhas relativas à própria vida inclui a possibilidade da expressão da sexualidade de cada pessoa, mas estas escolhas estão limitadas a vários níveis e em várias dimensões. Esses limites vão desde aquilo a que se pode chamar uma «conspiração de silêncio» em relação à sexualidade numa idade mais avançada, até à ausência de educação sexual dirigida às pessoas mais velhas, passando pela construção social do envelhecimento da mulher e os estereótipos de género que lhe estão associados, que tornam mais evidente a ideia de que a sexualidade não tem aí lugar.

A visão tradicional do que é a **norma do ponto de vista sociocultural tem muitas vezes influência na perceção das necessidades** dos mais velhos por parte dos próprios e dos seus cuidadores, determinando a (im)possibilidade de manter relações de intimidade e de viver a sua sexualidade.

Por outro lado, **há múltiplos outros fatores** – físicos, psicológicos ou psíquicos, individuais, sociais, culturais ou ambientais – **que influenciam a sexualidade, e de entre estes há fatores com implicações ao nível da saúde, bem como incapacidades físicas que dificultam a autonomia e que se convertem num fator que afeta negativamente a sexualidade dos utentes**. Revela-se por isso determinante olhar de forma atenta para as questões relativas à promoção da saúde sexual, apoiando as pessoas a encontrarem o seu bem-estar e felicidade e garantindo as condições para a sexualidade, que é ela mesma uma dimensão desse bem-estar.

Importa ainda pensar sobre a manutenção da capacidade de uma pessoa com alterações cognitivas para, no respeito pela sua dignidade, gerir a sua pessoa e tomar decisões sobre cuidados prestados. Tomar decisões sobre cuidados prestados pode implicar tomar decisões sobre relações afetivas e da sexualidade, e **importa perceber se e como se preserva a autonomia e a capacidade para consentir**, em especial se pensarmos que se trata aqui de direitos pessoais.

Uma pessoa num processo de alterações cognitivas, mas que em dado momento está lúcida e capaz de decidir, pode exercer pessoalmente os seus direitos ou deve ser protegida de si própria? Se sim, quando, como, por quem e em que condições? Sem incapacitação, sem paternalismo e **sem infantilização, falámos aqui na ideia de que terá sempre de ser um «fato à medida»**, fato esse que acautele, também aqui, os diversos espaços legítimos de realização pessoal.

A prática concreta das instituições deve atender ao modo como os cuidados, **os espaços e as**

rotinas devem ser adequados à possibilidade de os utentes pretenderem viver ativa e plenamente a sua sexualidade ou manter relações de intimidade, e sobre o modo como as **equipas de profissionais devem ter acesso a formação especializada contínua e específica** que lhes permita fazê-lo.

Concretizando, **importa que as instituições se preparem para os difíceis equilíbrios entre as suas próprias perceções, as necessidades dos seus utentes e o papel da família** nesta equação. É fundamental promover abordagens desprovidas de juízos de valor, bem como garantir que essas abordagens são respeitadoras das diferenças e identidades dos utentes e não assumem contornos discriminatórios – por exemplo em relação às mulheres, ou em relação às minorias sexuais. **O modelo de gestão e organização** das Instituições **tem de ser capaz** de, na prestação de cuidados individualizados, **respeitar e responder aos direitos e escolhas dos utentes relativamente ao modo como estes vivem, ou pretendem viver, a sua intimidade e sexualidade**. A organização dos espaços das instituições não pode deixar de atender ainda ao respeito pela intimidade da vida privada e à privacidade dos seus utentes na expressão da sua sexualidade.

Em conclusão, a ideia transversal que se pode retirar dos trabalhos do seminário prende-se com aquele que é um dos maiores desafios que se põem hoje às instituições, que **é a individualização dos cuidados e a ideia de que o cuidar não é executar a tarefa, é atender à pessoa concreta e à sua individualidade e diversidade. É a pessoa, na verdade, «o centro do sistema»**.

Esta ideia não pode deixar de se repercutir nos trabalhadores, nos dirigentes, nas próprias instituições e na sua gestão e organização, bem como nas famílias dos utentes.

Por essa mesma repercussão, impõe-se não deixar cair o tema, razão por que a CNIS se compromete em mantê-lo na ordem do dia.

DIA 19 DE SETEMBRO, NO CASINO FUNDANENSE

Fundão recebe seminário sobre vivências da sexualidade das pessoas com deficiência

Quando a CNIS promoveu o seminário «Vivências da sexualidade, afetos e relações de intimidade: o caso das pessoas mais velhas apoiadas pelas IPSS», em Aveiro, no passado mês de julho, a iniciativa foi elogiada por todos os participantes e considerada mesmo uma espécie de pedrada no charco que é o tabu da sexualidade nos idosos.

Ora bem, as ondas provocadas por aquela pedrada estendem-se até ao Fundão, onde a CNIS, com o apoio da UDIPSS Castelo Branco, repõe o tema no debate, mas agora relativamente às pessoas portadoras de deficiência.

Assim, no próximo dia 19 de setembro, o Casino Fundanense acolhe o seminário «Vivências da sexualidade, afetos e relações de intimidade: o caso das pessoas com deficiência apoiadas pelas IPSS».

O propósito é, em primeiro lugar, encontrar a melhor forma de poder proporcionar às pessoas com deficiência o direito fundamental que é a sexualidade.

«A vivência da sexualidade e das relações de intimidade não deve ficar na dependência necessária de condições físicas nem, muitas vezes, de condições intelectuais, devendo a pessoa com deficiência poder aceder, querendo, a uma expressão e vivência da sexualidade que contribua para a sua saúde física e psicológica e para



o seu sentido de realização pessoal”, pode ler-se na nota divulgada pela CNIS, onde é acrescentado: “No entanto, as questões da sexualidade e das relações de intimidade das pessoas com deficiência são complexas, multidimensionais e levantam dúvidas e desafios para os utentes, para os trabalhadores e para as famílias. Não pode, no entanto, deixar de se ter como pressuposto de base o facto de as pessoas terem o direito a tomar decisões de forma autónoma também quanto à sua sexualidade, sendo este direito um direito fundamental dirigido à manutenção da dignidade de cada pessoa e comportando apenas as restrições que sejam necessárias em cada concreta situação individual”.

A participação no Seminário é gratuita, mas de inscrição obrigatória e limitada a 120

participantes, dois por instituição, preferencialmente um membro de equipa técnica e outro da Direção.

A proposta da CNIS é que sejam abordados e debatidos os seguintes temas: «Deficiência intelectual, consentimento e acompanhamento de maior: que lugar para a sexualidade?»; «Saúde sexual e reprodutiva de mulheres com deficiência: recortes de discriminação interseccional»; «Formação de profissionais»; Sexualidade, afetos e relações de intimidade nas respostas para a deficiência»; e «Vivências da sexualidade, afetos e relações de intimidade em contexto de respostas sociais».

Haverá ainda a apresentação do Projeto SMARTS – Apoiar-me no Direito à Sexualidade.

Conheça o programa completo em www.solidariedade.pt.

«A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS EM PORTUGAL»

Importância e qualidade do estudo elogiadas por diversas entidades

A CNIS apresentou, no passado dia 9 de julho, em Lisboa, a mais recente edição do estudo «A importância económica e social das IPSS em Portugal: Central de Balanços 2021», um documento que retrata de forma muito fiel a situação económico-financeira das instituições sociais e o seu papel na sociedade.

Na sequência da apresentação do estudo, a CNIS fê-lo chegar a diversas entidades que, direta ou indiretamente, se relacionam com as IPSS.

A importância e a qualidade do estudo têm sido muito elogiadas por todos os que foram

brindados com um exemplar, dentre os quais deixamos aqui dois testemunhos pelo seu significado.

D. José Traquina, Bispo de Santarém e presidente da Comissão Episcopal da Pastoral Social e Mobilidade Humana, começou por agradecer e felicitar a CNIS “pela importância do conteúdo e a qualidade da apresentação”.

“Retenho a consideração positiva das IPSS na promoção da coesão social e territorial e melhoria da saúde coletiva, a interessante informação sobre ‘Estrutura de Rendimentos’

(pág. 51 e seguintes), o custo médio por utente e as valências que apresentam habitualmente saldo negativo”, pode ler-se na missiva enviada à CNIS pelo Bispo de Santarém, que termina sublinhando que “o interesse é diverso e a informação fundamenta e faz luz para algumas reuniões com direções de IPSS”.

Por outro lado, o reitor da Universidade Portucalense, Fernando Manuel dos Santos Ramos, enviou um agradecimento à CNIS, referindo que o estudo “muito enriquecerá a Biblioteca da nossa Universidade”.

JORNADAS DE TRABALHO ESTENDEM-SE ATÉ AO DIA 14

IPSS dos Açores reúnem-se no I Encontro regional

Até ao próximo dia 14 de setembro realiza-se o I Encontro de IPSS dos Açores, uma iniciativa da União Regional das IPSS dos Açores (URIPSSA), com o apoio da CNIS.

Ao longo de seis dias serão abordadas temáticas referentes à «Comunidade Sénior e Idosos», «Pessoas Portadoras de Deficiência» e «Crianças e Jovens», sendo os trabalhos repartidos pela Praia da Vitória e Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, e ainda pela Ribeira Grande, na Ilha de S. Miguel.

Com dois dias dedicados a cada um dos referidos temas, a organização do evento tem como principal objetivo “fazer

com que as IPSS consigam expor os seus problemas e boas práticas”, contando ainda “com um orador, com conhecimento na área em questão, a desenvolver um debate, ao mesmo tempo que irão sendo explorados temas de maior importância para as diferentes temáticas”.

Entre os muitos especialistas nos temas que estarão a debate, estão confirmadas as presenças do presidente do Governo Regional, José Manuel Bolieiro, e o presidente da CNIS, Lino Maia, entre muitos outros elementos da cúpula da CNIS e do Governo Regional açoriano.



FUNDAÇÃO BETÂNIA, BRAGANÇA

Criar condições para premiar os bons desempenhos dos trabalhadores é o objetivo

À semelhança do que o Solidarietà tem feito noutros distritos, regressou a uma instituição onde já havia passado para conhecer as mudanças ocorridas, no caso da Fundação Betânia há sete anos.

Foi em 2017 que a nossa reportagem passou por Bragança, numa altura em que o grande desiderato da Fundação Betânia era criar duas zonas na ERPI, uma para pessoas com algum tipo de demência e outra para pessoas já com outro tipo de exigências, como computadores, internet, etc..

Sete anos volvidos, o projeto está concretizado, com a criação da Casa Monsenhor Adelino, o único fundador vivo, após a morte do cônego Folgado. Com esta nova estrutura, com capacidade para 30 utentes, a instituição acabou por aumentar apenas quatro lugares em resposta residencial, porque reduziu a capacidade do lar original de 68 para 42.

A distribuição dos utentes pelas duas áreas é feita criteriosamente.

“Os utentes quando chegam são avaliados para depois serem encaminhados para os serviços e atividades mais condizentes com a sua condição. Naturalmente, eles acabam por criar o seu grupo de pares e, neste momento, não sentimos essa dificuldade. Quando entra um utente novo, em que a situação não foi devidamente acautelada pela família, demora-nos algum tempo a criar harmonia no grupo, mas temos conseguido bons resultados”, explica Paula Pimentel, vice-presidente da instituição, que em 2017 dizia que “75% dos utentes tinham algum tipo de demência”.

“Penso que essas percentagens aumentaram. Há pessoas muito jovens que precisam do nosso apoio. Depois, temos a possibilidade de oferecer uma série de atividades e serviços que ajudam, por um lado, a estabilizar o estado da doença e, por outro, a ocupar o dia a dia, porque muitas vezes o problema é as pessoas passarem o dia em casa em frente a um ecrã de televisão. No entanto, a solidão acaba por se instalar e não ajudar em nada. Quando eles vêm, quanto mais não seja, a proximidade do grupo de utentes, a necessidade de ter que falar e interagir com a equipa é um estímulo muito importante”, sustenta.

Na altura, Paula Pimentel considerava que a resposta de Centro de Dia era “uma antecâmara do lar”.

“E continua a ser assim. Há pessoas que nos procuram porque acham que é a solução mais vantajosa, porque ainda há famílias que têm dificuldade em aceitar a integração dos familiares no lar. No entanto, como sentem que a pessoa se integrou bem, e muitas vezes é o próprio utente a pedir, isso acaba por ser facilitador no processo de transição para o lar. Isto, quando acontece, é uma mais-valia para a instituição, porque um utente em Centro de Dia dá-nos prejuízo, até porque não temos acordos de cooperação”, lamenta, sublinhando: “Porque para termos capacidade de resposta aos pedidos, temos de aplicar as mensalidades como se a resposta fosse protocolada. Temos à nossa volta pessoas que precisam de nós, mas têm pensões muito baixas. Então, tentamos calcular a mensalidade como se tivéssemos acordo e estamos sempre à espera que



esses acordos cheguem! Depois é um serviço muito completo que, no fundo, só não tem a componente da dormida”.

Em 2017 surgia algo que é a menina dos olhos da Fundação Betânia, o Ginásio do Cérebro Sénior e que pretendia revolucionar a estimulação dos mais velhos.

“A avaliação que fazemos é extremamente positiva. Aliás, o espaço é ocupado para treino cognitivo diário, com grupos diferentes e com diferentes níveis de cognição, mas também é usado para a estimulação sensorial. E, pelo menos, uma a duas vezes por mês serve de espaço de relaxamento para os trabalhadores, que merecem e precisam de um momento de descontração”, revela Paula Pimentel, explicando: “Aquilo que nós vemos é que, em termos de evolução da própria demência, os utentes acabam por estabilizar, acabam por relembrar tarefas do quotidiano deles, por treinar competências como a audição, a visão ou o cálculo numérico e, depois, a importância da própria socialização. Isso ajuda-nos a fazer com que eles se sintam ocupados, a trabalhar determinadas competências e a ocupar o dia a dia”.

Há sete anos, era intenção dos responsáveis pela instituição criar a Casa Cultural Cônego Folgado, na aldeia natal do fundador, mas as dificuldades financeiras têm adiado o projeto.

“Continuamos com o projeto pendente. Neste momento, estamos a fazer uma reavaliação para ver se conseguimos com algumas parcerias executar esse projeto”, sustenta Paula Pimentel, acrescentando: “Apesar de querermos muito fazer memória do fundador, queremos muito reunir condições para podermos reforçar o reconhecimento aos trabalhadores. Devemos muito às nossas equipas e queríamos muito poder premiar os bons desempenhos, o que, neste momento, é impossível, porque estamos sempre muito limitados”.

Sobre o futuro, Paula Pimentel defende que a instituição, neste momento, quer “garantir a sustentabilidade e poder proporcionar as melhores condições a quem está connosco e a quem se dedica a esta causa”.

E lembra: “Nunca tivemos falta de candidatos, mas, hoje em dia, no caso da Fundação Betânia, começa a haver falta de candidatos com perfil adequado às exigências deste sector e da nossa atividade. Queria muito que pudéssemos premiar aquelas pessoas que merecem, precisamente para termos mão de obra assegurada no futuro. Os utentes têm cada vez maior dependência e não é fácil sermos completos. Para além de tecnicamente estarmos formados, há o aspeto da missão e isto implica um grande desgaste, por isso este sector merece ser mais reconhecido”.

PAULA PIMENTEL, PRESIDENTE DA UNIÃO DAS IPSS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

A sustentabilidade das instituições está ameaçada pela escassez de recursos

Bragança é um distrito vasto, composto por 12 concelhos, nos quais existem XXXX IPSS, sendo que 83 são associadas da União das IPSS do Distrito de Bragança (UIPSSDB).

Paula Pimentel, que preside à estrutura distrital desde 2015, cumprindo atualmente o seu terceiro mandato, considera que “a sustentabilidade das instituições está ameaçada” e que “as instituições fazem milagres todos os dias”.

Num distrito desertificado e envelhecido, o recrutamento de mão de obra é, como diz o povo, «um bico de obra», porque há poucos candidatos e os que há não têm formação e, muitas das vezes, a sensibilidade necessária para trabalharem num sector como é a solidariedade social.

Por outro lado, a União Distrital tem, desde a pandemia, intensificado os contactos com as IPSS associadas, fruto da herança da pandemia que são as reuniões através das plataformas digitais.

“Geralmente, reunimos duas vezes por mês via online e temos instituições de todos os concelhos. E estes encontros são já uma necessidade por parte das instituições”, revela Paula Pimentel, nesta conversa com o SOLIDARIEDADE.

A Volta a Portugal da Solidariedade chega esta edição a Bragança, distrito que, entre 23 e 27 de setembro recebe a XVII Festa e Chama da Solidariedade [ver páginas centrais], uma organização da CNIS, que conta com a colaboração da UIPSSDB.

SOLIDARIEDADE - Que retrato se pode traçar das IPSS do distrito de Bragança?

PAULA PIMENTEL - As instituições tentam fazer milagres no dia a dia, porque os recursos são cada vez mais escassos. A sustentabilidade está ameaçada, mas nem por isso as instituições deixam de tentar fazer o melhor, quer em meio urbano, quer em meio rural. O Sector Social Solidário está a passar por uma fase muito difícil, porque as exigências são enormes e diferentes e cada vez mais há dificuldade em recrutar recursos humanos, o que em meio rural começa a ser mesmo ameaçador. Começamos a pôr em causa a manutenção dos serviços! Depois, é um sector que exige muito esforço físico e mental, o que se traduz em muitas baixas médicas entre o pessoal. Em alguns meios é difícil substituir estas baixas e quem está tem de estar a 100% sempre. Em termos de retrato, o que posso dizer é que começa a ficar difícil fazer face às necessidades da população com as condições que temos.

E qual é a realidade das IPSS do distrito, em termos de dimensão,



sabendo-se que esta está intimamente ligada à sustentabilidade?

Independentemente do número de utentes ou de respostas sociais que cada instituição tenha, as exigências acabam por ser as mesmas. E uma instituição de menor dimensão acaba por ter de responder às exigências todas tal qual outra com outra capacidade. Temos instituições em meio rural que funcionam 24 horas por dia, o que implica gastar muita energia no inverno, as deslocações dos próprios fornecedores acabam por encarecer os preços dos produtos... Penso que dirigentes e trabalhadores acabam por fazer milagres todos os dias. E o suporte que estas instituições têm são o voluntariado, não só dos dirigentes, como da própria comunidade que ajuda bastante, sobretudo a nível alimentar. Tenho, inclusive, conhecimento de uma instituição que está a pensar fechar portas. É uma instituição que está em meio rural, com as valências de Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, duas respostas que não são minimamente sustentáveis, e que viu a sua sustentabilidade ameaçada de há uns tempos a esta parte. Depois, alguém dizia que as exigências da Segurança Social em termos de rácios de pessoal são muito grandes, e são, mas atendendo à realidade da população que temos de apoiar e acolher, se calhar não são suficientes. Aliás, nós temos de ter mais do que aquilo que nos é exigido neste momento para podermos prestar um serviço condigno. A maior parte

das nossas instituições funcionam 24 horas por dia, 365 dias por ano, o que implica que haja o pagamento do salário, mas também todos os subsídios associados e isto é muito difícil de conseguir.

E qual a grande lacuna em termos de respostas sociais no distrito?

Sinceramente, não tenho dados para poder dizer, mas continuo a achar que a nível de acolhimento, de Estruturas Residenciais Para Idosos, continua a haver muita dificuldade em encontrar vagas. Não só de idosos, mas de pessoas que necessitam de apoio 24 horas por dia. Não é uma grande dificuldade, mas continua a ser uma dificuldade.

E quais os grandes obstáculos que as IPSS do distrito enfrentam para melhor cumprirem a sua missão, sendo que já falou no recrutamento de pessoal?

Para além das participações da Segurança Social, apesar de ter vindo a ser feito um esforço grande para serem aumentadas, ainda não é suficiente, tendo em conta o aumento do salário mínimo, mais do que justo. Por outro lado, a falta de mão de obra e o tempo que as instituições gastam em termos de formação. Para além de haver falta de candidatos, há falta de candidatos com formação. Por mais que estejamos todos articulados com as escolas, o nosso sector ainda é pouco atrativo e, muitas vezes, só é reconhecido por quem precisa. Por isso, acabamos por ter de



investir muito para formar profissionais para trabalhar na nossa área. Temos tantas funções e tantas exigências que, no dia a dia, é difícil. E este é outro obstáculo, dar resposta às exigências legais e, por outro lado, dar o devido acompanhamento às pessoas que nos procuram.

Como é a relação com as IPSS associadas e quais as solicitações mais frequentes?

A relação é boa e tem aumentado de ano para ano. As instituições sentem apoio e confiança na União. No dia a dia, temos muitos pedidos de apoio e, a maior parte, tem que ver com questões de índole jurídica, questões de direito laboral, sobre recursos humanos. Todos somos conhecedores de tudo, mas as especificidades requerem outro olhar e atenção e grande parte das instituições comungam do mesmo problema: dificuldades na gestão dos recursos humanos. A União tem um serviço de assessoria jurídica que promove muita formação na área do direito laboral, mas, no dia a dia, continuam a persistir dúvidas dessa natureza.

A componente da formação é aposta da União?

Sim, a União tem tido essa preocupação. E desde que ganhámos uma nova competência ainda mais. Durante a pandemia, a União reuniu diariamente com a Proteção Civil, forças de segurança, Saúde e demais entidades e, com isto, criou-se uma maior proximidade e uma maior necessidade de integrar a União nas várias iniciativas. Por isso, a União já tem muito investimento em termos de representação daquilo que é o sector em outras áreas. A União já tem bastante visibilidade e é frequentemente chamada para diversas iniciativas. Com a pandemia acabámos por nos organizar

até melhor, porque estamos juntos mais vezes e em maior número com a herança que herdámos da pandemia, ou seja, as reuniões através das plataformas digitais. Acabamos por estar sempre em grande número. Isto é bom, porque estamos num distrito grande, são 12 concelhos, distribuídos geograficamente de tal forma que exige percorrer muitos quilómetros para nos juntarmos. Esta parte foi a parte positiva da pandemia. Geralmente, reunimos duas vezes por mês via online e temos instituições de todos os concelhos. E estes encontros são já uma necessidade por parte das instituições. Isto é também uma mais-valia, tendo em conta as características do nosso distrito.

E como é a relação com a CNIS?

Sempre houve uma relação próxima e a União procura, sempre que necessário, o apoio técnico da CNIS. Tem sido uma relação de colaboração e de proximidade.

Como pensa que a CNIS podia estar mais próxima das Uniões e das IPSS?

Sempre que fizemos algum pedido, a CNIS nunca recusou e sempre a sentimos próxima e presente. Agora, há muito mais a fazer, mas compreendo que, atendendo às exigências do dia a dia e atendendo a que na União não temos recursos humanos e tentamos dar o nosso melhor, na CNIS também será assim. O ideal era termos a CNIS mais presente no nosso dia a dia, mas acaba por estar presente quando a União não tem capacidade de resposta.

E o PRR chegou às IPSS de Bragança?

Não tanto como gostaríamos, e não foi por falta de candidaturas. As recusas, em alguns casos, foi por falta de enquadramento e, noutros, por exigências burocráticas

ou dificuldade no cumprimento de prazos. Depois, a nível de candidaturas, e falando não apenas do PRR, o que as instituições sentem é que as exigências são muito grandes e o processo de elaboração de uma candidatura é muito exigente. E nem sempre as instituições têm pessoas capazes de elaborar essas candidaturas. Por outro lado, recorrendo a alguém externo, há que assumir o pagamento, que geralmente é um serviço caro.

No entanto, das candidaturas aprovadas, que balanço se pode fazer, pois em alguns distritos houve IPSS a desistir devido ao escalar dos preços ou os concursos ficaram desertos?

Sim, também temos essa dificuldade em encontrar empresas que possam responder. No entanto, conheço três grandes projetos que estão em fase de construção.

Como é presidir a uma União que não tem sede, nem recursos humanos?

É um grande desafio. Bem, sede tem, neste momento, é a Fundação Betânia. Desde 2015, com a alteração dos estatutos, a sede da União é a instituição a que está associado o presidente. Isto porque temos as nossas responsabilidades e termos que nos deslocar para outro espaço, não era muito prático. Isto também porque a Fundação Betânia também se disponibilizou. E sempre que é necessário recorrer a recursos humanos, a Fundação disponibiliza. Vejo esta situação como um desafio permanente e a grande dificuldade que sinto é não poder dar uma resposta imediata, porque é quase impossível. Ainda assim, temos conseguido sempre responder às solicitações que nos chegam.

CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, MACEDO DE CAVALEIROS

Há falta de sensibilidade da população e da Segurança Social para o Acolhimento Familiar

O Centro Social Nossa Senhora de Fátima, em Macedo de Cavaleiros, é uma instituição criada pela Congregação das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado e que já desde 1957 promove o apoio à infância.

Nos três equipamentos que possui, a instituição apoia em creche 66 crianças e em Pré-escolar 75 petizes, num edifício no centro de Macedo de Cavaleiros; a cerca de um quilómetro, no Centro D. Abílio Vaz das Neves, estão instaladas as valências de Casa de Acolhimento Residencial (CAR), com 41 crianças e jovens, oito dos quais rapazes, e o Centro de Apoio à Vida (CAV), prestes a entrar em funcionamento e com capacidade para seis mães e seis crianças, e ainda os serviços dedicados ao Acolhimento Familiar; e na aldeia de Lagoa, a cerca de 20 quilómetros, promove as respostas de Centro de Dia, com 21 utentes, e de SAD, com 19 utentes. Tudo a funcionar com uma equipa de 54 funcionários, contando com 10 religiosas.

O Centro D. Abílio Vaz das Neves comporta ainda um vasto terreno, que é aproveitado em termos agropecuários, o que “ajuda muito nas contas”, refere a Irmã Estela Morais, responsável pela instituição. Inicialmente o antigo bispo de Miranda e Bragança decidiu adquirir o vasto terreno para que a Congregação construísse uma Casa de Noviciado, “mas nunca houve dinheiro para avançar com essa intenção”.

“A Congregação já tinha uma casa de acolhimento de crianças e jovens, em Pereira, e como já não dava resposta às necessidades e tínhamos aqui este espaço disponível e surgiu a oportunidade de criar aqui uma casa para acolher crianças e jovens privadas de meio familiar normal. Daí, ter nascido esta obra e, logo nessa altura, houve a preocupação de criar um espaço dividido pelo que chamamos Famílias. Este espaço está dividido em seis Famílias, cada uma com 12 crianças”, conta a Irmã Estela, acrescentando: “Entretanto, uma dessas Famílias foi adaptada para acolher o CAV e é para arrancar assim que a Segurança Social nos dê o acordo. E só ainda não está a funcionar porque nos exigiram uma nova vistoria, uma vez que a casa de banho não tinha acesso para cadeiras de rodas. Mas já está resolvido”.

No entanto, os responsáveis pela instituição mostram alguma preocupação com o futuro e as novas exigências da Segurança Social para a resposta de CAR.

“Com as novas exigências da Segurança Social vai ser diferente, mas também temos que nos cingir ao espaço que temos”, afirma a Irmã Estela.

“A nossa preocupação é com as novas exigências na reestruturação das casas de acolhimento. Foi feito um estudo para avaliar as instituições do distrito e a proposta deles é que a nossa CAR terá capacidade para duas unidades residenciais, ou seja, 15+15. Ou seja, vamos ter



30 utentes, quando atualmente temos 41”, começa por dizer Sónia Almeida, coordenadora do Acolhimento Familiar e do CAR, acrescentando: “Agora, essas unidades, de 15 cada, obrigam a um quadro de pessoal muito exigente, porque terá que ter uma equipa permanente de três técnicos, mais 10 elementos da equipa educativa e mais dois de apoio, por unidade. São tantos funcionários como crianças, o que é de mais! Tem sido complicado até na adaptação do espaço, a que já começámos a dar resposta”.

Para a Irmã Estela, “é um disparate”!

“A lei diz 15+15 e nós temos 12+12+12, portanto, a nossa proposta é 10+10+10 e adaptar o quadro de pessoal a essas exigências. De acordo com a nossa supervisora externa, Joana Cerveira, a estrutura da nossa casa não é para 15+15, mas sim 10+10+10, adaptando-se o quadro de pessoal em função disto. Só que a Segurança Social não está muito voltada para isso”, sustenta a religiosa, reforçando: “É certo

que vai haver um reforço na comparticipação da Segurança Social, mas, face ao quadro de pessoal exigido, não dá a letra com a careta. É um disparate”.

Sónia Almeida conta que “as primeiras reuniões foram muito difíceis, porque por vezes quem toma as decisões nos gabinetes não tem conhecimento da prática”, sublinhando: “Neste momento, somos quatro técnicos para a CAR e eles querem três por cada unidade de 15 utentes”.

“E as meninas de manhã vão para a escola e depois... Mesmo que eles paguem melhor, não se pode manter um quadro de pessoal como o que eles exigem. Para 15 meninas 15 pessoas, isto é um disparate! Não pode ser”.

Nas mãos da instituição, desde 2023, está também a nova resposta social que é o Acolhimento Familiar. No entanto, Sónia Almeida relata grandes dificuldades e falta de sensibilidade das famílias, mas também de



quem está na Segurança Social.

“No distrito de Bragança não existiam famílias de acolhimento, a população ainda não está sensibilizada para esta resposta. E não é só a população, porque temos partido muita pedra até junto dos colegas da Segurança Social, técnicos e pessoas formadas. Há falta de formação e de informação sobre o tipo de resposta e os benefícios que traz para o desenvolvimento das crianças dos 0 aos 6 anos”, revela, adiantando: “Ainda assim, a equipa, constituída por quatro elementos, tem andado no terreno, tem percorrido o distrito, tem reunido com presidentes de Câmara, tem feito exposições e sessões informativas nas juntas de freguesia, no CLAS e nas CPCJ alargadas, mas a maior dificuldade é com as técnicas que têm trabalhado connosco, que não estão sensibilizadas para e não há informação. Por exemplo, os superiores da Segurança Social e da CPCJ não passam a informação aos demais técnicos dos serviços”.

Ainda assim, a instituição assinou acordo em junho de 2023, numa altura em que ainda não tinha nenhuma família de acolhimento.

“Neste momento, já temos três famílias certificadas, quatro que já fizeram formação e estão em avaliação psicossocial e mais seis que estão ainda a reunir documentação para entregar a candidatura. São famílias que têm intenção de acolher, que já fizeram formação, mas ainda não se candidataram formalmente”, conta, revelando que estão duas crianças numa família, porque é uma fratria, e uma outra noutra família. Geograficamente, as famílias estão distribuídas por Urros, na zona de Moncorvo, Mirandela e Macedo de Cavaleiros.

E Sónia Almeida lança o olhar ao todo nacional: “Relativamente ao resto do país, tem havido uma evolução boa, mas, por exemplo, a equipa de Castelo Branco ainda não tem crianças para colocar... A Segurança Social, de uma forma geral, ainda não está sensibilizada para esta resposta. A ministra diz que

temos que tirar as crianças das instituições para este tipo de respostas, mas depois existem as famílias e as crianças não são colocadas. Atualmente, é o que está a acontecer. Os técnicos da Segurança Social também precisam de formação, porque os processos estão a ser parados por questões burocráticas devido à falta de sensibilidade para os benefícios desta resposta”.

É conhecida a dificuldades financeiras que respostas que não têm participação familiar ou do utente criam às IPSS. O Centro Social Nossa Senhora de Fátima tem três valências dessas, mas mesmo assim consegue ter uma situação económico-financeira estável.

“Não temos grandes lucros, mas também não temos prejuízos. É quase ela por ela. No jardim escola vão sobrando uma migalhinhas que vão dando para as obras de manutenção. Aqui não há grandes sobras, mas vamos conseguindo juntar algum dinheiro para a manutenção da casa que é muito grande. Depois, como as irmãs estão cá 24 horas por dia, isso acaba por atenuar os custos, uma vez que elas fazem as noites. Atualmente, temos cinco bebés abaixo dos dois anos e, à noite, as irmãs dormem num quarto com duas crianças. Isso poupa-nos bastante dinheiro. Aqui sobra-nos um bocadinho, mas devido ao nosso esforço”, explica a Irmã Estela, revelando que “a comunidade ajuda, mas não ajuda mais porque não pode”.

“É uma comunidade que tem muito carinho pela instituição, mas donativos não dão muitos. Dão-nos muita roupa que vamos distribuindo pelos pobres, a quem também damos comida”, acrescenta.

Olhando ao trabalho desenvolvido na CAR, o balanço é, segundo as responsáveis, muito positivo.

“Temos algumas miúdas que estão, atualmente, a fazer o mestrado ou doutoramento e que se mantêm connosco até o seu projeto de vida estar assegurado”, afirma Sónia Almeida, ao que a Irmã Estela acrescenta: “Temos já

duas meninas já com doutoramento, com mestrado muitas e com cursos médios bastantes também. Fazemos um balanço muito positivo das meninas que saem daqui. Claro, há uma ou outra que se perde pelo caminho, mas é assim mesmo”.

E se as alterações que a Segurança Social quer introduzir na orgânica das CAR preocupam a Irmã Estela, também o aquecimento das instalações lhe dá dores de cabeça.

“Temos um projeto há dois anos, mas não há maneira de conseguirmos verbas. Precisamos de substituir as caldeiras, porque temos um problema com o aquecimento deste edifício que é muito grande. Está o projeto feito, mas nunca mais”, desabafa.

“Foi uma candidatura ao PRR no âmbito da eficiência energética, para substituição das caldeiras e de janelas, entre outras coisas. Já foi submetida há mais de um ano, foi-nos dito que respondiam até abril deste ano, mas até agora nada. Sabemos, por linhas travessas, que o dinheiro já foi todo distribuído, mas para aqui não veio nada”, lamenta o administrativo Altino Silva, revelando que “é um projeto de cerca de 250 mil euros”.

Para além da aposta no Acolhimento Familiar e no CAV, a instituição vai candidatar-se à criação de um apartamento de autonomia, para, de alguma forma, libertar a Casa de Acolhimento, e fez ainda uma outra candidatura ao CAFAP, porque é uma grande necessidade, mas não fomos contemplados. É que só existe um e em Bragança.

E como seria Macedo de Cavaleiros sem o Centro Social Nossa Senhora de Fátima?

“Seria mais pobre, muito mais pobre”, atira, de pronto, a Irmã Estela, ao que Clementina Gemelgo, diretora-técnica do infantário, acrescenta: “Basta dizer que só há duas creches em Macedo e se não existíssemos seria muito complicado para as famílias”.

OPINIÃO

Regime do Maior Acompanhado em Portugal

Vimos por este meio dar a conhecer o nosso ponto de vista em relação à forma como tem sido aplicado o Regime do Maior Acompanhado em Portugal, mais especificamente no nosso caso.

Desde logo destacamos que, a atribuição da responsabilidade de “Acompanhante de Maior” deve ter em consideração o cumprimento do objetivo principal do Regime do Maior Acompanhado, consagrado no artigo 140.º do Código Civil, de modo a assegurar a defesa dos interesses legítimos do beneficiário.

A sucessiva atribuição desta responsabilidade à Direção do estabelecimento/organização que presta os serviços ao acompanhado fomenta situações de promiscuidade, geradoras de compadrio, e que, na maior parte dos casos, podem ser altamente lesivas para a pessoa beneficiária de Acompanhante.

Na nossa opinião, o Acompanhante deve ser uma pessoa independente da entidade prestadora dos serviços ao utente beneficiário do regime, de modo a poder exigir qualidade por parte da entidade.

O Acompanhante deve ser uma pessoa independente das entidades envolvidas no pagamento e na prestação do serviço. No caso de não poder ser um Acompanhante independente do pagador e do prestador, deve então ser alguém ligado ao pagador, nunca ao prestador.

Acontece que, estes princípios simples, que nos parecem básicos, não estão a ser seguidos pelos Excelentíssimos Senhores Juizes, que optam pela comodidade de nomear, por facilidade e proximidade, tal como a Segurança Social que, enquanto entidade pagadora da prestação dos serviços prestados ao utente beneficiário, igualmente evita, por comodismo de função pública, a indicação do Acompanhante.

No seguimento, transcrevemos a opinião de uma Senhora Diretora que tem sido pressionada para assumir a responsabilidade de Acompanhante de Maior de diversos utentes.

“Os colaboradores das respostas sociais destinadas a responder a jovens com alterações de comportamento graves de elevada complexidade, estão a sentir muitas dificuldades aquando da nomeação para Acompanhante de Maior.

Tratando-se de pessoas com doenças mentais graves e com comportamentos potencialmente agressivos, o colaborador quando nomeado Acompanhante de Maior, pode ver a sua integridade física comprometida, uma vez que os utentes com este perfil não aceitam que alguém faça a gestão da sua pessoa, reagindo em alguns casos com extrema violência, nomeadamente no que se refere à gestão do dinheiro. A partir do momento que o utente sabe que aquele Colaborador é o Tutor, este passa a ser alvo de pressões, injúrias, maus-tratos, entre outros. O Estatuto de Maior Acompanhado salvaguarda os interesses do Maior, mas coloca em risco o Colaborador, pela proximidade diária, prejudicando todos os envolvidos. Nestes casos, os interesses do Maior também ficam comprometidos, pois o Colaborador, vai estar condicionado na sua ação de Acompanhamento, muitas vezes por medo. Para além disso, se o Colaborador for o Acompanhante, não está garantida a independência, e pode haver prejuízo com má prestação de serviços. Há benefícios se houver separação entre o Acompanhado e o Prestador de serviços.

Por outro lado, e no caso específico da nomeação do Presidente ou Diretor Técnico da Instituição (a lei existente é suscetível de diferentes interpretações dando origem a diferentes decisões consoante o Tribunal),

conciliar o exercício da sua atividade profissional na Instituição com as funções de Acompanhante acarreta enormes dificuldades, ainda mais quando a mesma pessoa é nomeada Acompanhante de mais do que um utente, fazendo perigar o objetivo do próprio Acompanhamento, conforme o disposto no artigo 140.9 do Código Civil vigente: “assegurar o bem-estar, a sua recuperação, o pleno exercício de todos os seus direitos e cumprimento dos seus deveres”.

No imediato, o exposto poderia ser solucionado com a nomeação de Acompanhante de Maior do Estado. Tal como esta entidade solicita a admissão de utentes difíceis, também deveria assumir a responsabilidade por acompanhá-los, o que na prática já acontece com a figura do técnico do Estado (Segurança Social) que visita o jovem institucionalizado, com o objetivo de aferir se a instituição cumpre com excelência todos os serviços contratualizados. Por outro lado, consideramos que há maior probabilidade de haver sucesso terapêutico na reabilitação do jovem, sendo alguém externo à Instituição a exercer o cargo de Acompanhante de Maior.

Outra solução para ultrapassar as dificuldades expostas, seria a criação de uma bolsa de Acompanhantes, como previsto na lei. Urge implementar.”

Perante esta situação, em defesa dos beneficiários do Regime do Maior Acompanhado, o Estado e a Segurança Social, devem ser obrigados a criar uma bolsa e a indicar sempre um Acompanhante conhecedor das necessidades dos acompanhados.

Jaime Ramos

Presidente do Conselho de Administração da Fundação ADFP

APOSTA CONTÍNUA EM FERRAMENTAS, PARA O SETOR SOCIAL, que asseguram uma gestão global, integrada e sempre em linha com as exigências legais/fiscais.



- ✓ VISIBILIDADE
- ✓ ACESSIBILIDADE
- ✓ CREDIBILIDADE
- ✓ PROFISSIONALISMO
- ✓ EXPERIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO



INSTITUIÇÕES MAIS PRÓXIMAS DOS UTENTES

Conheça a **OFERTA 360°** da F3M para o setor social!

-  SOFTWARE
-  CONSULTORIA
-  FORMAÇÃO CERTIFICADA

-  TELECOMUNICAÇÕES
-  INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA
-  CIBERSEGURANÇA



www.f3m.pt

Saiba como RESGATAR O FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO. Fale connosco.

PAULO JORGE XAVIER, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

As IPSS têm feito um trabalho extraordinário ao nível da empregabilidade no concelho

“Bragança tem uma rede social muito forte, dinâmica e bastante organizada, sempre a desenvolver um trabalho conjunto”, sustenta Paulo Jorge Xavier, edil da capital brigantina, que em 2014 recebeu, ainda como «vice» da autarquia, a Chama da Solidariedade na sua passagem pela cidade no caminho de Guarda’2013 para Porto’2014.

O presidente da Câmara Municipal de Bragança defende que a cidade é uma terra solidária, cheia de gente solidária, “o que se vê pelo grande número de voluntários” que existe.

Sublinhando a robustez da parceria entre o município e as IPSS, Paulo Jorge Xavier destaca a importância das instituições na criação de emprego e na fixação de jovens, provavelmente o maior desafio que o interior enfrenta.

No próximo dia 26 de setembro, o edil de Bragança receberá a Chama da Solidariedade, depois desta ter percorrido todo o distrito, para no dia seguinte ser o anfitrião da XVII Festa da Solidariedade.

SOLIDARIEDADE - Como é a relação da Câmara Municipal de Bragança com as IPSS do concelho?

PAULO JORGE XAVIER - É uma relação boa. Bragança tem uma rede social muito forte, dinâmica e bastante organizada, sempre a desenvolver um trabalho conjunto. Muitas vezes digo que as IPSS são as grandes extensões do município. Bragança há uns anos recebeu a Chama da Solidariedade, há 10 anos, e nessa altura foi apelidada de território solidário. Exatamente por isto que acabei de dizer. E o nosso desafio é superar as dificuldades do dia a dia, como qualquer outro concelho, mas damos uma resposta importante, quer ao nível da infância, dos seniores e das pessoas com deficiência. Estamos certos que no futuro ainda vamos conseguir dar uma resposta melhor em todas estas áreas, porque temos IPSS candidatas a fazer um caminho maior. A nossa relação é de perfeita paz e harmonia em prol das nossas populações.

Trata-se, então, de uma relação de parceria?

Sim, diria que é uma relação em perfeita sintonia, porque trabalhamos juntos há muito tempo. É uma relação grande, forte, dinâmica e de um entendimento excelente. Por isso, a nossa relação é muito capaz e boa.

Há muitas solicitações das IPSS à autarquia, sabendo-se as dificuldades que muitas delas atravessam?

Sim, as instituições têm vivido, algumas, com muita dificuldade, por causa da baixa participação do Estado, já há uns anos a esta parte. Obviamente, isso traduz-se nos salários baixos dos funcionários e dos técnicos, que têm feito um trabalho excelente e de grande responsabilidade. Para serem capazes e eficientes também têm de ser bem pagos e, hoje, está aquém o que eles recebem e o trabalho e responsabilidades que têm. Este também é o país que temos... Olhando a este Interior, onde a população é baixa e envelhecida,



precisamos de grande capacidade a nível técnico e sensibilidade e para isso eles precisam de estar bem consigo para estarem de bem com os outros.

Quais as situações a nível social que mais o preocupam no concelho?

No conjunto, temos uma boa resposta, porque temos uma rede de parcerias forte e organizada. Preocupa-me o futuro, porque os jovens quadros tendem a não ficar nas IPSS devido aos baixos salários. Este é que é o grande problema, porque formam-se as pessoas e, passado um tempo, elas vão-se embora. Neste interior desertificado e envelhecido temos essa dificuldade para o futuro e temos de enfrentá-la já.

Ainda assim, deduzo que, por exemplo, à boieira do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), muitos jovens acabem por se fixar na região?

A nossa realidade é que, em termos de jovens quadros, temos uma taxa é acima da média nacional, fruto do trabalho do Instituto Politécnico. E a qualificação dá mais capacidade para ir para qualquer sector e ter capacidade de ser capaz de trabalhar. Depois há dois problemas, ou seja, os baixos salários e o problema de que o tecido empresarial não absorve todos os quadros que saem do IPB.

E como foi o processo de transferência de competências na área social aqui no concelho?

A Câmara de Bragança ofereceu muita resistência, até que teve de as aceitar. Isto porque a delegação de competências deve vir acompanhada de um pacote financeiro com capacidade para resolver os problemas. E como isso não aconteceu, tivemos essa dificuldade. Posto isto, fizemos o nosso trabalho e com os parceiros bem organizados e a nossa rede que é forte conseguimos superar os desafios. Reforçámos os nossos quadros, ao nível do município, com diversos técnicos, reforçámos as nossas valências para dar uma resposta cabal às próprias parcerias e reestruturámos toda a parte social para que essa organização fosse forte, dinâmica e capaz de resolver os problemas, em perfeita consonância com as instituições sociais.

Continuamos com um défice de recursos enviados pelo Estado, mas que, mais tarde ou mais cedo, terão que ser reforçados.

Em todo o país, desde que foi implementada a creche gratuita, a oferta tem ficado aquém da procura, qual a situação em Bragança?

Temos uma boa resposta. Há alguma falta de vagas, mas não é significativo, apesar de, se houver apenas uma criança sem vaga, já ser preocupante. A resposta, entre o sector social e os privados, é boa.

A creche é um bom princípio para fixar população jovem?

Sim, porque precisamos de fixar gente e de criar emprego para fixar os nossos jovens quadros.

As IPSS nesse capítulo também têm um papel importante?

Muito importante porque atraem quadros. Temos o problema dos baixos salários de que já falei, mas, ao nível da empregabilidade, as IPSS têm feito um trabalho extraordinário. Pena é que os salários não correspondam ao que deviam, ou seja, estarem um pouco mais ao nível do que se paga na Europa!

E os brigantinos são solidários?

Deixe-me repetir a frase, que não é minha, dita aquando da passagem da Chama da Solidariedade pela cidade há 10 anos: “Um dos concelhos mais solidários do país”. E isto não é só pelo número de IPSS e associações do sector social, que dão uma resposta de bem fazer e fazer bem, mas também pela resposta bem articulada que dão. Depois, lembrar as centenas de voluntários que dão o seu melhor ao bem comum. Esse é o nosso carisma, o de uma sociedade solidária. Bragança vai receber a Festa e a Chama com toda a pompa e circunstância e isso reflete-se no que somos. E o que vai ter mais impacto é o conjunto da nossa comunidade de que vai ajudar.

17 Edições no Portugal solidário: Festa

A Festa da Solidariedade está a chegar a **BRAGANÇA**. Com a novidade de ser a uma sexta-feira, no dia 27 de setembro, a XVII Festa visita a terra de Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, o organizador de todas as edições. Para se completar a volta ao Portugal solidário faltam os distritos de Aveiro, Leiria, Beja e Braga, sendo que houve uma festa, Barcelos, que não coincidiu com a sede distrital. Como sempre, a Chama andarà pelos concelhos, nos dias anteriores a convocar para o momento alto, o encerramento da iniciativa da CNIS, na Praça Camões, em Bragança no dia 27 de setembro.

A primeira Festa da Solidariedade aconteceu em 29 de Setembro de 2007, em **LISBOA**, na Quinta da Bela Vista. Perto de cinco mil pessoas participaram, no evento que se transformou numa tradição do Sector Social Solidário.

No ano seguinte a festa mudou-se para **BARCELOS**. No dia 27 de Setembro de 2008, milhares de pessoas, entre as quais, dirigentes, funcionários, utentes, familiares e amigos das IPSS, estiveram no Campo da Feira para um dia de convívio, fraternidade e animação com exposições amadoras apresentadas por idosos, reformados, deficientes, jovens e crianças.

A 19 de Setembro de 2009, a festa chegou a **UISS**. Participaram alguns milhares de pessoas, representando cerca de 100 IPSS.

CASTELO BRANCO cumpriu a tradição em 25 de Setembro de 2010. Nas Docas, o ambiente foi de festa, convívio, partilha de experiências entre dirigentes, funcionários, utentes e familiares das IPSS de todo o país. Mais uma vez a Festa cumpriu os objetivos. E a Chama também.

Em 2011, no **CNEMA**, em **SANTARÉM**, a Festa

mudou de figurino e de datas. Em vez do verão realizou-se nos dias 20 e 21 de Maio. A Festa prolongou-se por dois dias e incluiu o encerramento do congresso “Rumo Solidário para Portugal” que decorreu em paralelo.

Em 2012, no dia 6 de Outubro decorreu em **FARO**, no Jardim Manuel Bivar, o encontro anual de representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Foi a sexta edição da iniciativa anual da CNIS.

Depois do extremo sul de Portugal, a Festa da Solidariedade volta a subir no mapa e sedeou-se, em 2013, na cidade mais alta de Portugal: a **GUARDA**, no Parque da Cidade.

A oitava edição ocorreu nos dias 06 e 07 de Junho de 2014, no **PORTO**. O Congresso “Solidariedade: Novos Caminhos, Valores de Sempre” foi a principal novidade da Festa da Solidariedade.

ELEUTÉRIO ALVES, VICE-PRESIDENTE DA CNIS

A XVI Festa da Solidariedade vai ser em Bragança. Esta, pelo facto de ser a sua terra, vai ser ainda mais especial?

Não, as Festas merecem da CNIS o mesmo empenho e determinação independentemente do distrito onde se realizam. E temos tido bons momentos da Festa da Solidariedade, que nos orgulham enquanto promotores. Este ano em Bragança, para mim facilita um pouco porque é um distrito onde quer eu, quer a UIPSSDB, conhecemos quase todos os responsáveis institucionais, públicos e privados.

Há mudanças no figurino desta Festa?

Há de facto uma pequena mudança que nos foi sugerida localmente: o dia da Festa é uma sexta-feira, dia em que a cidade está a trabalhar, há maior oportunidade para quem quiser participar o poder fazer. Outra particularidade é que a Chama depois de percorrer todos os concelhos chega a Bragança ao fim da tarde de quinta-feira e à noite haverá um sarau recreativo oferecido aos trabalhadores, dirigentes e famílias, como manifestação de reconhecimento e gratidão pelo seu empenho na construção de uma sociedade melhor e mais igual.

O que destaca do programa da XVII Festa da Solidariedade?

Todos os momentos vão ser marcantes, dentro da sua dimensão geográfica e demográfica, mas a tarde e a noite do dia 26 e o dia da Festa 27 de Setembro, serão aqueles onde esperamos uma maior adesão e participação de IPSS e da comunidade.

Qual a importância desta iniciativa para a CNIS e para o país?

Para a CNIS, esta Festa é já um ponto alto do nosso Plano de Atividades anual e uma marca distintiva na nossa missão de promover os interesses das associadas e de todo o sector social.

A Chama da Solidariedade, que integra este evento, que percurso vai fazer?

A Chama da Solidariedade vai começar no dia 23 às 10H00 na cidade de Mirandela, e está programada para percorrer três sedes dos doze concelhos por dia, terminando em Bragança dia

26 ao fim da tarde.

Que significado tem a Chama da Solidariedade?

A Chama da Solidariedade tem como objetivo a promoção e a divulgação da Solidariedade através dos seus agentes dinamizadores que são as IPSS.

Procura também envolver toda a comunidade, famílias, instituições, escolas, sector empresarial, poder local, enfim trazer até ao nosso sector todas as boas-vontades de cada comunidade e mostrar-lhes o que de melhor se faz no nosso dia a dia.

A autarquia de Bragança e as IPSS do distrito estão a cooperar, como de costume, na iniciativa?

Sem dúvida, temos tido uma boa aceitação das autarquias para connosco participarem nas atividades e tem sido um grande estímulo todo o incentivo e apoio que recebemos do Poder Local. O município de Bragança tem garantido um esforço logístico e financeiro que merece um relevo especial e será determinante para o sucesso da Festa na cidade.

Contam com participação de IPSS de todo o país?

A Festa é nacional, estão todas as IPSS convidadas e temos já diversas inscrições de IPSS de fora do distrito que aqui se deslocam para partilhar a sua cultura e os seus saberes com a comunidade de Bragança.

Estão previstas participações políticas relevantes?

Como habitualmente a CNIS convida o governo a fazer-se representar nas nossas Festas. Temos já garantida a presença da Senhora Secretária de Estado da Acção Social, Dr^a Clara Marques Mendes, esperamos ter a presença da Senhora Ministra do Trabalho e Segurança Social e enviaremos convite pessoal ao Senhor Primeiro Ministro para nos honrar com a sua presença nesta Festa tão social e tão popular.

Qual vai ser a animação?

A animação da Chama da Solidariedade vai



ser promovida localmente em cada concelho, pelos seus agentes culturais, em Bragança haverá animação vinda de várias partes do país, animação por grupos locais, quer de IPSS quer de outros participantes que solidariamente se juntam à Festa. A animação é uma oferta à comunidade de Bragança.

É uma iniciativa que tem como objetivo atrair públicos diferentes?

Esta iniciativa atrai mesmo muitos públicos, de grupos etários diferentes, de escolas, do mundo do trabalho, da cidade e do mundo rural, num ambiente de fraternidade, de alegria, de partilha, de encontros, enfim tempo de vivências, de memórias e de esperança.

Que mensagem gostaria de deixar aos leitores do jornal Solidariedade?

O voluntariado é um dos maiores valores da cidadania. Ser voluntário no sector social é contribuir para que ninguém fique afastado dos seus direitos de cidadão. Ser voluntário é dar mais sentido à nossa vida.

Esta é uma iniciativa que tem, desde o início, a sua assinatura. Em Bragança isso vai ser mais evidente?

Bragança tem uma excelente equipa da UIPSSDB a trabalhar para o sucesso da Festa.

E vai ser esse trabalho de equipa, sem vaidades pessoais, mas antes com sentido coletivo que vai marcar esta Festa. A Festa não é de ninguém, é da CNIS e de todo o seu universo solidário.

da Solidariedade está a chegar a Bragança

Em 2015, a organização da Festa da Solidariedade escolheu em **ÉVORA**, na Praça do Giraldo, no dia 12 de Setembro.

Pelo décimo ano consecutivo, em 2016, a CNIS promoveu a X Festa da Solidariedade em **COIMBRA**, onde marcaram presença, para além de muitos dirigentes da CNIS e do poder político, muitas IPSS de norte a sul do País. Na Praça do Comércio, decorreu o convívio e partilha entre as instituições sociais do país, envolvendo a participação de mais de duas centenas de instituições, muitas delas oriundas do distrito de Coimbra, mas também do resto do país.

Em 2017 a Festa atravessou pela primeira vez o oceano e viajou até à **MADEIRA**. Nos dias 1 e 2 de Junho, de 2017, a XI Festa da Solidariedade decorreu na Região Autónoma da Madeira com inúmeras representações de IPSS do Continente que

marcaram a sua presença.

SETÚBAL foi a cidade escolhida para receber a edição 2018 da Festa da Solidariedade, no dia 9 de junho, na Praça José Afonso.

A XIII Festa da Solidariedade tomou conta da praça do município de **VILA REAL** no dia 7 de junho de 2019, recebendo a Chama que calcorreou o distrito durante um mês. O seminário «Garantir os valores com sustentabilidade financeira - Desafios para as Instituições» preencheu a manhã e a animação de palco, com a participação de várias IPSS, tomou a tarde e o princípio da noite.

E em 2020 a pandemia de Covid-19 interrompeu o curso de edições da Festa da Solidariedade. A 14ª edição teve de ser adiada um ano para a sua realização em segurança. Teve lugar nos **AÇORES**, no mês de outubro, de 6 a 9, de 2021, nas Ilhas de S. Miguel e na Terceira. O Governo Regional e os

presidentes das Câmaras de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Praia Vitória acolheram de braços abertos e de forma segura a iniciativa solidária.

De regresso ao continente foi a cidade de **VIANA DO CASTELO** a receber, no dia 24 de setembro de 2022, a XV Festa da Solidariedade, no Jardim da Marginal de Viana do Castelo, dando prioridade aos momentos de partilha entre as IPSS e a comunidade e, usando a alegria como traço dominante no evento.

Em 2023 foi a vez de **PORTALEGRE**. A Chama da Solidariedade passou pelos 14 concelhos do distrito do Alto Alentejo e reuniu na cidade de Portalegre não só muitos representantes de diversas instituições do distrito, mas também muitas das entidades oficiais da cidade, tal como vários autarcas, dirigentes da CNIS e ainda a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

PAULO JORGE XAVIER, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Que expectativas tem em relação à realização da Festa da Solidariedade em Bragança?

Antes de mais quero agradecer a escolha de Bragança para receber a Festa uma iniciativa de caráter nacional. A expectativa é boa. Primeiro, pela descentralização e inclusão, que é a própria CNIS, com a colaboração da UD, um trabalho conjunto com as diversas entidades e forças de segurança, no sentido de tornar esta festa um evento da comunidade, uma festa da solidariedade verdadeira. Bragança, em particular, está ciente de que vai fazer o seu melhor, com uma receção calorosa no Teatro Municipal e, no dia seguinte, com diversas manifestações da própria comunidade com inúmeras atividades. Penso que a Festa vai ser um momento alto, dando a possibilidade para as pessoas olharem para Bragança. É essa descentralização que a CNIS faz na inclusão. Este será também um reforço da ideia do todo nacional. E a passagem da Chama por todos os concelhos do distrito é uma forma de dar visibilidade ao interior e daqui mostrar às grandes urbes que também sabemos mostrar as nossas potencialidades e também as fragilidades. E esta iniciativa pode ir mais além, porque dá o sinal de pertença, um sinal importante para o contexto

nacional. Aliás, é um excelente momento de passar a ideia do todo nacional. É isto que se pretende desta descentralização e a CNIS ao fazê-lo penso que tem como objetivo essa ideia de todo nacional. É sempre um bom momento para dizer ao todo nacional que o interior também pertence.

Dá-lhe mais “garantias” que os dois principais responsáveis pela organização da Festa, Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, e Paula Pimentel, presidente da UIPSSDB, sejam duas pessoas que o município distinguiu recentemente?

O Dr. Eleutério Alves, um homem ligado à ação social há muitos, muitos anos, é um homem que deu muito de si a fazer o bem. Por isso, a distinção é merecida, porque pelo bem que fez é bem merecido. Poderia dizer que ele está de parabéns, mas não, digo antes que Bragança está de parabéns por ter um homem como ele a fazer ação social. A doutora Paula Pimentel, além de ser uma técnica com uma valorização excelente, com um rigor extraordinário e em que a preocupação primeira é o bem-estar da população, também tem pergaminhos como presidente da UIPSSDB. E por este contexto tão grande também foi reconhecida

pelo município por ser uma mulher de armas, de saber e de querer fazer, uma verdadeira transmontana a fazer o bem pela sua população.



Qual é a mensagem para esta Festa?

Se por um lado esta jornada pretende ser a festa da solidariedade e da fraternidade, queremos muita diversão, onde as IPSS possam mostrar à comunidade as suas boas práticas no fazer o bem, mas por outro, darmos a ideia de que o SSS é fundamental na promoção da paz e harmonia junto das nossas populações. E dar também a ideia de que o pilar do município é efetivamente a ação social. As várias problemáticas que aparecem no nosso quotidiano, as nossas IPSS e associações de solidariedade social têm tido um trabalho profícuo na resolução desses problemas, sejam na infância, na terceira idade ou na área da deficiência.

PAULA PIMENTEL, PRESIDENTE DA UIPSSDB

Como tem sido colocar a XVII Festa e Chama da Solidariedade em marcha?

Tem sido uma alegria e, ao mesmo tempo, alguma angústia, porque queremos que seja uma edição de sucesso. No caso, queremos que o distrito de Bragança acolha da melhor forma quem nos queira visitar e esperamos que sejam muitos os visitantes e tudo estamos a fazer para que isso seja possível.

Como foi a abertura dos municípios, em especial por causa da Chama?

Era ponto de honra a Chama passar por todas as sedes de concelho do distrito e, desde início, tentamos chegar a todos os municípios. Inclusivamente, tivemos oportunidade de participar numa reunião da CIM Trás-os-Montes, na qual estão nove municípios, e houve logo abertura e motivação para colaborar. Bragança tem sido a grande parceira na organização e até agora tem estado sempre a responder favoravelmente aos nossos pedidos.

Pode fazer uma breve apresentação?

Queremos passar por todas as sedes de concelho, mas pretendemos que a Chama chegue a Bragança na tarde de quinta-feira, dia 26, fazer um percurso com as várias entidades, instituições e comunidade local, e que a chegada seja um momento forte.

A noite de quinta-feira será dedicada aos trabalhadores e dirigentes das IPSS, familiares e demais entidades parceiras das instituições. Este grupo de pessoas precisa de um incentivo, de um reforço, de uma palavra de estímulo, do reconhecimento e de um momento de descontração. Os nossos utentes têm os dias todos com momentos de festa. Na passagem da Chama pelas diferentes sedes de concelho, independentemente da sua dimensão em termos número de instituições e populacionais, será dedicado o mesmo tempo a cada uma delas. Todos merecem ter a Chama e o momento de festa.

Depois na sexta-feira, a cidade de Bragança vai

acolher, ao longo do dia, a Festa da Solidariedade. Vamos querer ter o palco sempre com atuações dos grupos participantes e, acima de tudo, partilhar momentos de convívio com todas as IPSS associadas e não associadas, diferentes entidades e população em geral.



Como está a ser a adesão das IPSS?

As instituições têm-se mostrado muito abertas e algumas até acham que é pouco tempo o que a Chama vai estar nos seus concelhos. Para se conseguir passar em todos os concelhos, tem de ser assim.



PAULO PEDROSO

*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*



O estatuto de cuidador informal necessita de ser visto

Os cuidadores informais com estatuto reconhecido eram menos de 15 000 em julho, segundo os dados do Instituto de Segurança Social¹. Destes, 61% eram considerados cuidadores principais e apenas 58% dos cuidadores informais recebiam uma prestação mensal, cujo valor médio era de 351,30 euros, como noticiou a Lusa².

Estes dados contrastam com os de um estudo noticiado em 2023 pelo Expresso, da autoria da Escola Nacional de Saúde Pública, que referia a existência de 827 mil cuidadores informais em Portugal³ e ainda mais com a estimativa de que 13% dos residentes em Portugal sejam cuidadores informais.

A exiguidade dos cuidadores que têm estatuto reconhecido torna difícil acionar os direitos dos cuidadores, que na sua esmagadora maioria acabam por não estar reconhecidos. Não apenas os cuidadores principais carecerão, assim dos apoios que a lei já lhes abre em matéria de proteção social, como também os cuidadores não principais ficarão arredados das possibilidades que se lhes abrem formalmente, no Código do Trabalho, de recurso a licenças para cuidado.

A Lei 100/2019, de 6 de setembro, que reconhece o Estatuto do Cuidador Informal, foi um enorme passo em frente, porque pela primeira vez conferiu proteção aos cuidadores informais. Ficava reconhecido pela primeira vez, o trabalho invisível de muitas mulheres e alguns homens na prestação de cuidados. Um trabalho que sabemos exigente, emocionalmente desafiante e particularmente intenso. Um trabalho que era invisibilizado por um conceito de família tradicional que o considerava uma obrigação familiar e não um trabalho. Mas os dados sobre

a implementação do Estatuto deixam claro que ele não está a chegar à grande maioria dos cuidadores e deve ser, por isso, revisto.

A avaliação da implementação da medida, cujos resultados foram apresentados em 2021, produziu recomendações úteis para a melhoria do funcionamento do atual regime⁴. Mas as recomendações não incidem sobre alguns aspetos que me parecem essenciais do estatuto e que importa ter presentes para que se adequem melhor às necessidades e à realidade dos cuidadores. Olhemos aqui para alguns desses aspetos.

O conceito de cuidador informal principal não cobre a realidade dos cuidadores a tempo inteiro. Diz o n.º 2 do artigo 2.º do estatuto que se considera cuidador informal principal o cônjuge ou unido de facto, parente ou afim até ao 4.º grau da linha reta ou da linha colateral da pessoa cuidada, que acompanha e cuida desta de forma permanente, que com ela vive em comunhão de habitação e que não auferir qualquer remuneração de atividade profissional ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada.”

Este artigo contém diversas limitações ao estatuto de cuidador informal principal que nada têm a ver com a natureza do cuidado informal a tempo inteiro.

Restringe o acesso a parentes. Mas se há um cuidador que é amigo ou coabitante não parente e que cuida a tempo inteiro, em que pode radicar a sua exclusão? A ideologia familista respeita-se, mas a lei deveria ser neutra em relação ao que não tem a ver com a relação de cuidado.

Os não parentes, mesmo que coabitantes com a pessoa cuidada e cuidando dela a tempo inteiro são relegados para fora da proteção do estatuto de cuidador formal permanente, por

mero preconceito ideológico.

O estatuto restringe também o acesso a coabitantes. Mas muitos cuidadores vivem na sua habitação e deslocam-se diariamente para cuidar de outras pessoas. O cuidado permanente não deve ser restringido a cuidado 24h/24 horas, limitando-se o acesso a pessoas que tenham alguma vida própria para além do cuidado.

Veda o acesso a cuidador principal a quem tenha remuneração de atividade profissional. No mundo de hoje há muito trabalho, nomeadamente a tempo parcial e intermitente, que pode ser compatibilizado com o cuidado a tempo inteiro e com vantagens para o cuidador e para a pessoa cuidada.

A limitação do reconhecimento do estatuto a coabitantes é ainda mais gritante quando se refere a cuidadores não principais. É do conhecimento comum e da nossa tradição social, que pessoas se revezem no cuidado de outras não coabitando com elas, mesmo quando são parentes. Porque havemos de desproteger totalmente estes cuidadores?

É preciso progredir e melhorar o nosso regime de cuidado informal. O estudo de outros regimes europeus pode dar boas pistas⁵. Não sendo aqui o espaço para o aprofundar esta questão, deveria olhar-se com particular cuidado para as experiências holandesa, francesa e sueca, em que os cuidadores informais são remunerados pelo trabalho de cuidado de um modo proporcional ao cuidado prestado, sem restrição ao vínculo familiar nem à coresidência e têm apoios à formação para o papel que desempenham. O cuidado informal seria muito mais bem reconhecido e apoiado. Desvantagens? As de quase todas as políticas sociais eficazes. Seria dispendioso.

¹ https://www.seg-social.pt/estatisticas-detalle/-/asset_publisher/GzVlhCL9jqf9/content/estatuto-do-cuidador-informal

² <https://www.lusa.pt/article/43504698/portugal-tem-quase-15-mil-cuidadores-informais-e-a-maioria-s%C3%A3o-mulheres>

³ <https://expresso.pt/sociedade/2023-04-19-Ha-827-mil-cuidadores-informais-em-Portugal-mais-de-metade-nao-recebem-apoio-estao-sozinhos-exaustos-e-desinformados-488546ed>

⁴ <https://www.seg-social.pt/documents/10152/17083135/Relat%C3%B3rio%20Final%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20e%20Conclus%C3%B5es%20-%20Estatuto%20do%20Cuidador%20Informal.pdf/b7af9a32-8312-4ff3-a9d6-7c8e718cc30c>

⁵ A quem se interesse pelo tema, sugere-se começar pela leitura do relatório *Informal Care in Europe*, acessível em <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/96d27995-6dee-11e8-9483-01aa75ed71a1>

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

“O Verão já terminou/ foi um sonho que findou”

(Carlos Mendes, canção “O Verão”)

1 - Ainda recorro – lá dos confins da memória - o tempo abençoado da infância e juventude, quando as chamadas “férias grandes” mereciam essa designação e o Verão se prolongava até final de Setembro, assegurando o amadurecimento dos frutos e as vindimas e favorecendo, no ambiente rural que era então o predominante, a reunião geral das famílias num regresso ritual e gregário ao rincão natal.

Quando “ninguém estava morto”, como dizia o Pessoa.

As férias, para quem andava na escola, começavam em 12 de Junho e terminavam em 7 de Outubro – salvo se fosse ano de exames, do 5º ou do 7º anos do ensino secundário, que reduzem as férias a dois meses: Agosto e Setembro.

Agora, a minha neta, que entra este ano na escola, começa as aulas na primeira quinzena de Setembro. Ainda antes do S. Miguel, que dantes marcava o fim do ano agrícola e o começo de um novo ano, segundo as leis da natureza.

Hoje o mundo é outro, mais apressado, sem tempo para o apaziguamento das longas tardes de leitura, que caracterizavam as praias cá do Norte, mesmo em Agosto, sob o aconchego das camisolas a proteger da permanente nortada.

A bem dizer, e no que toca ao nosso viver colectivo, hoje o Verão acaba em 15 de Agosto, que é quando se verifica a chamada “rentrée” e quando as famílias enxameiam aeroportos e autoestradas, no regresso a casa.

Os partidos dão o exemplo - se se pode chamar exemplo a isso ... -, marcando o início do ano político para meados de Agosto, em comícios inaugurais de um novo ciclo anual de actividades e iniciativas.

A Festa do Pontal marca o fim das férias.

2 - O tempo de férias de Verão, em termos de comunicação, tem sido chamado a “silly season”, que quer dizer “a estação ridícula”, por os “media” apenas noticiarem trivialidades, por carência de notícias relevantes.

(Os próprios jornalistas estão de férias ...)

Mas, nos últimos anos, a “silly season” mudou.

Para além de nos manter informados sobre eventos mundanos ou receitas de bacalhau, os “media” têm-nos mantido alerta com notícias reais sobre ineficiências na prestação de cuidados de saúde.

Estamos todos lembrados do Verão do ano passado, marcado por serviços de urgência encerrados em vários hospitais, designadamente em Ginecologia e Obstetrícia, causando o pânico nas mulheres grávidas em situação de urgência, forçadas a peregrinar de hospital em hospital, até encontrar um onde fossem atendidas ou onde pudessem nascer os seus filhos.

O ambiente comunicacional então gerado, para além de representar uma situação real, de efectiva disfuncionalidade do Serviço Nacional de Saúde e de grave prejuízo para os utentes, teve também efeitos políticos devastadores para o Governo de então, a cargo do Partido Socialista.

Com efeito, se António Costa deixou o cargo de

Primeiro Ministro, com a consequente dissolução do Parlamento e queda do Governo, por causa do parágrafo no comunicado da Procuradora Geral da República, não foi por isso que o PS perdeu as eleições que se lhe seguiram.

Em grande medida, essa derrota deveu-se ao ambiente comunicacional gerado em torno das falhas no SNS, que o PS reivindica como património seu, sofrendo o respectivo ónus.

A AD acertou no alvo, ao identificar o SNS como o saco de pancada no PS, tornado o tema central da campanha eleitoral nas últimas eleições legislativas, que deram a vitória à Aliança Democrática.

Mas o Verão de 2024 replicou o panorama do Verão de 2023, mantendo as urgências de Obstetrícia e Ginecologia - e também Pediatria -, como o polo de críticas, aliás justas, dos cidadãos, perante a narração de episódios verdadeiros, de mulheres a correrem, desamparadas, de urgência em urgência, a buscar tratamento ou quem lhes fizesse o parto.

Não quero crer que o actual Governo, que tanto apostou na denúncia do funcionamento do SNS como trunfo eleitoral, prometendo reverter a situação em três meses, não tenha feito tudo o que estava ao seu alcance para obter esse resultado.

Mas foi confrontado com os mesmos constrangimentos dos governos que o precederam, obtendo o mesmo insucesso.

Por outro lado, ao falar do SNS, não devemos olhar só para as ineficiências presentes, esquecendo os resultados que, ao longo dos anos, a nossa saúde e a nossa esperança de vida devem ao SNS.

Não consigo atender, no tempo e no lugar próprio, todas as mulheres grávidas que dele necessitam; mas deve-se ao SNS a diminuição da mortalidade peri- e neonatal para níveis que constituem motivo de orgulho para Portugal.

E, se duramos, em média, mais de 80 anos, também o devemos à prevenção em saúde e aos cuidados do SNS.

Mas, como em tudo, deve ponderar-se o equilíbrio próprio das soluções sensatas.

O actual Governo propõe-se triar as verdadeiras situações de urgência, encaminhando para outras soluções de atendimento os casos de recurso às urgências patentemente injustificados.

(Na semana passada, um médico ginecologista veio referir em público situações de recurso a urgência hospitalar por mulheres apenas para saberem se estavam grávidas, assim prejudicando o atendimento de situações verdadeiramente urgentes.)

Embora tal modelo já constasse da lei no tempo do Governo do PS, o certo é que o mandato de Marta Temido deixou a percepção de que a Ministra considerava que a possibilidade de a gestão de Unidades de Cuidados de Saúde Primários poder ser assegurada pelo Sector Social seria uma ficção, não seria para considerar como proposta séria – mesmo que viesse comprovadamente a assegurar uma maior cobertura da população pela Medicina Geral e Familiar.

(O mesmo não se pode dizer do Ministro que lhe



sucedeu, Manuel Pizarro, que reconhecia as virtua- lidades da cooperação do Sector Social para aumentar a eficiência do Serviço Nacional de Saúde.)

Nessa medida, a proposta do Governo, de abrir as chamadas Unidades de Saúde Familiar – Modelo C à gestão de IPSS, representa uma viragem de perspectiva, despida de preconceitos ideológicos, que é de saudar.

3 – Como era de prever, esta abertura do SNS ao Sector Social suscitou a imediata discordância das corporações habituais, políticas ou de representação da classe, que invocam a dificuldade em reter os médicos especialistas em Medicina Geral e Familiar em unidades sob gestão pública – advertindo contra a concorrência desleal que seria a prática de remunerações mais atrativas nas USF Modelo C.

O debate público sobre as reivindicações dos médicos radica nos valores das remunerações, que os sindicatos e a Ordem dos Médicos consideram escassos e pouco atractivos para os médicos vinculados ao SNS; e nas condições e horários de trabalho, que consideram excessivo.

O debate não tem desvendado com clareza a estrutura remuneratória dos médicos do SNS, para podermos, do lado da cidadania, avaliar da justeza da sua luta por melhores salários.

Não sabemos quanto ganham por mês, contando remuneração-base, horas extraordinárias e serviço de Urgência.

Para uma aproximação a essa realidade, consulte o site da Caixa Geral de Aposentações, onde pude recolher a informação de que, só em Agosto de 2024, se haviam aposentado 17 médicos assistentes hospitalares com pensões de aposentação superiores a 5.000,00 euros.

Ora, como as pensões são, em regra, inferiores à remuneração recebida no activo ...

Trata-se, como é evidente, de médicos em fim de carreira – pois que se reformaram.

Mas, por outro lado, tenho ouvido referências insuspeitas a salários baixos para os médicos mais jovens, a trabalhar no SNS – os que podem ser tentados a sair para trabalhar no estrangeiro.

Para ganhar o apoio e a solidariedade dos seus concidadãos, é mister que as reivindicações dos médicos do SNS sejam vistas como justas.

E, mais do que percepcionadas como justas, que o sejam de verdade.

Sem coreografias.

Para tanto, importaria sermos informados da radiografia salarial efectivamente praticada no SNS e para que grupos é pedido o substancial aumento de salários.

Fica a sugestão para que os sindicatos médicos e a sua Ordem nos esclareçam estes pontos mais obscuros ...

FUNDAÇÃO UNITATE

Primeiro curso sobre Envelhecimento, Saúde Mental e Demências arranca já este mês

A partir deste mês de setembro, inicia-se em Portugal uma formação inovadora que promete transformar o cuidado às pessoas mais velhas nas IPSS. Trata-se da primeira edição da Especialização em Envelhecimento, Saúde Mental e Demências, promovida pelo IFES - Instituto de Formação para a Economia Social da Fundação UNITATE, em colaboração com a Estrutura Residencial e Centro de Dia «José Cabrita», da Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim, e que marca um novo paradigma na formação de profissionais da área social.

O curso, com uma carga horária total de 36 horas, é proposto na modalidade online, permitindo uma ampla acessibilidade aos profissionais envolvidos. A especialização é projetada para abordar, com profundidade e rigor, as complexidades do envelhecimento, saúde

mental e demências, dotando os participantes de conhecimentos e competências essenciais para enfrentar os desafios associados a estas condições.

O programa formativo inclui uma série de módulos conduzidos por especialistas de renome, como Alexandre Castro Caldas, e cobre áreas cruciais como abordagens e técnicas para demências, cuidados paliativos e a gestão do stress profissional.

A formação também explora terapias não farmacológicas e a legislação e ética na intervenção, preparando os profissionais para oferecer um serviço de excelência.

O curso decorrerá com periodicidade quinzenal, entre setembro de 2024 e janeiro de 2025, facilitando a integração do conhecimento adquirido com a prática diária dos participantes.

Esta estrutura flexível procura garantir que

os profissionais podem aplicar imediatamente as novas competências no seu trabalho, promovendo um cuidado mais eficaz e humanizado.

Esta nova especialização responde à necessidade crescente de formação especializada no contexto do envelhecimento acelerado da população portuguesa. Ao focar a formação na saúde mental e nas demências, o curso pretende elevar os padrões de cuidado nas IPSS, assegurando que os profissionais estarão melhor preparados para enfrentar os desafios do sector e proporcionar um atendimento que respeite a dignidade e o bem-estar das pessoas mais velhas.

Com esta formação, Portugal dá um passo significativo para aprimorar a qualidade da ação das IPSS, refletindo um compromisso com a inovação, a humanização e a excelência na prestação de cuidados.

SCML, UNIVERSIDADES E POLITÉCNICOS JUNTOS

Promover a empregabilidade de pessoas com deficiência

Universidades e institutos politécnicos juntaram-se à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) para promover a empregabilidade de pessoas com deficiência no âmbito do projeto Valor T, que já empregou mais de 200 pessoas desde 2021.

Foram 21 as instituições de ensino superior que assinaram o protocolo com a Direção-Geral do Ensino Superior e a SCML com um objetivo comum: melhorar a empregabilidade de pessoas com deficiência, ao potenciar os recursos científicos, técnicos e humanos das instituições e criar pontes com o mercado de trabalho. “Destas 21 instituições, todas têm já um caminho feito nesta área”, explicou a diretora da Valor T, Vanda Nunes, que considerou fundamental a parceria com o ensino superior.

O objetivo é “agir a montante e não já depois de a pessoa terminar o seu percurso académico e estar, muitas vezes, meio perdida”, acrescentou.

Os protocolos assinados, na sede da SCML, fazem parte do projeto Valor T, uma agência de emprego lançada em 2021 para pessoas com deficiência.

Atualmente, a agência conta com cerca de 2.000 pessoas registadas, que são acompanhadas em todas as fases do processo, e mais de 300 pessoas integradas no mercado de trabalho, segundo a responsável, que espera ver esse número crescer com a colaboração das universidades e politécnicos.

“Ao trabalharmos com as instituições, estamos a fazer um trabalho a montante, construindo um caminho novo. O nosso maior desejo é deixarmos de ser precisos, porque se o caminho for feito como queremos fazer, o recrutamento de pessoas com deficiência será feito como qualquer outro”, sublinhou Vanda Nunes.



Durante a cerimónia, o ministro da Educação, Ciência e Inovação partilhou esse mesmo desejo, reconhecendo que a necessidade de iniciativas como a Valor T revela que ainda há um caminho longo a percorrer. “Sabemos que, apesar das melhorias que se registaram ao longo das últimas décadas, continua a haver muitas falhas”, disse Fernando Alexandre no final do encontro, antecipando que “se for bem-sucedido, vai deixar de existir” e, nessa altura, a sociedade será “muito melhor”.

O diretor-geral do Ensino Superior sublinhou o papel das instituições, não só ao longo de todo o percurso académico, mas mesmo depois de os jovens se diplomarem. “É fundamental que, conseguindo ultrapassar todas estas etapas com tantas dificuldades, cheguem ao mercado de trabalho e tenham oportunidades. As instituições de ensino superior não podem

deixar de olhar para esses jovens no dia em que lhes chega à mão o certificado”, disse Joaquim Mourato.

A ponte entre o ensino superior e o mercado de trabalho pode começar a ser construída ainda antes disso, por exemplo, através dos estágios curriculares. “Este projeto vem dizer às instituições que estamos aqui também para que, em conjunto, consigamos dar oportunidades aos diplomados”, sublinhou o diretor-geral, que considera que, dessa forma, será possível fazer mais.

A execução dos protocolos vai assentar num plano anual de ação que será definido em articulação com cada instituição de ensino superior, e que incluirá metas e será acompanhado e monitorizado por representantes designados pelas instituições, pela Direção-Geral de Ensino Superior e pela Santa Casa.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DE PARALISIA CEREBRAL

Vila Real acolhe comemorações do Dia Nacional da Paralisia Cerebral a 20 de outubro

Assinalado todos os anos a 20 de outubro, o Dia Nacional da Paralisia Cerebral em 2024 terá as suas comemorações (des)centralizadas na cidade de Vila Real.

Depois de em 2023 a Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC) ter promovido as comemorações na Madeira, este ano, e mantendo a perspetiva de levar a iniciativa junto das suas diversas associadas, a cidade de Vila Real é o destino escolhido.

Entre os dias 18 e 20 de outubro, serão distintas e diversificadas as atividades a desenvolver. O programa estabelecido entre a FAPPC e a Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real (APCVR) inclui atividades culturais, desportivas, de formação e informação, para além, evidentemente, da cerimónia oficial de comemoração da data.

Do programa destaque para a realização de um congresso, que, para além dos assuntos mais relevantes em termos de intervenção e atuação junto das pessoas com paralisia cerebral, colocará a debate as possíveis novas estratégias e terapias, procurando-se, assim, alargar o leque de conhecimento dos técnicos, familiares e dirigentes das instituições do sector. Para Rui Coimbra, presidente da FAPPC, existem “dois propósitos evidentes” nas comemorações desta data.

“Assinalar o 20 de outubro é recordar uma questão que, em Portugal, afeta diretamente um universo de mais de 20 mil pessoas e, por implicação, muitas mais pessoas entre familiares, amigos e cuidadores”, sustenta.

O responsável da FAPPC considera ser uma data marcante, pois “é também um momento de união e partilha de conhecimentos, práticas e estratégias”.



Esta opção de anualmente realizar as comemorações do Dia Nacional da Paralisia Cerebral junto de todas as associadas é, também, “uma forma de nos juntarmos e de criarmos novas sinergias para intervenção futura”.

Para Rui Coimbra, “há ainda muito por desmistificar em relação à paralisia cerebral”.

Sendo também o responsável da FAPPC uma pessoa com paralisia cerebral, defende: “Não somos incapazes. Não somos frágeis. Não somos os pobrezinhos que almejam uma esmola da sociedade. Mas, também, não somos os que se superam, não somos os super-heróis que tudo atingem, não somos os fantásticos que conseguem os impossíveis”, sublinha.

A Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral tem vindo a assumir, nestes últimos anos, um papel cada vez mais abrangente em termos de intervenção. Além de assumir a defesa e divulgação de todas as suas associadas, promovendo os direitos das pessoas com paralisia cerebral, a FAPPC também tem vindo a defender uma intervenção e atuação conjunta por parte de todas as organizações da área da deficiência, nomeadamente com uma cada vez maior presença junto de outros organismos do Sector Social, bem como nos órgãos e mecanismos nacionais de decisão a nível de políticas de intervenção das pessoas com deficiência.

CASA DO POVO DE LANHELAS, CAMINHA

Sem verba para alargar creche instituição lamenta a burocracia do PRR

A Casa do Povo de Lanhelas, em Caminha, lamenta a burocracia e “dimensão irrealista” do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), após ver indeferida a candidatura ao alargamento da creche de 32 para 64 vagas.

“O edifício foi construído em 1987 pela Segurança Social sem ter sido submetido a licenciamento municipal. Desde 2012 que tentamos resolver o problema, mas nunca conseguimos por falta de verba. Agora temos o projeto aprovado, mas continua tudo pendente por falta de financiamento”, explicou o presidente da direção da IPSS.

Tomás Antunes queixou-se ainda que o indeferimento da candidatura ao PRR impeça o alargamento das vagas de creche, de 32 para 64, numa zona que tem “uma procura enorme”, no concelho de Caminha.

O “profundo lamento e indignação” da decisão de indeferimento, “que invalida o projeto de requalificação e alargamento da creche e jardim de infância”, fez surgir uma carta aberta que já foi enviada para o gabinete de análise de candidaturas, na Segurança Social, acrescentou o presidente da instituição à Lusa.

Atualmente, a Casa do Povo de Lanhelas acolhe um total de 65 crianças nas duas valências da instituição.

“A execução do PRR é um programa de uma dimensão irrealista no território do interior, priorizando os grandes centros urbanos e áreas metropolitanas. Os anúncios criam grande impacto, mas, no fundo, na vida e atividade das instituições têm um efeito real insignificante”, critica a IPSS na carta aberta.

Tomás Antunes esclareceu que o indeferimento

se deveu a um critério relacionado com a certificação energética imposta no aviso de candidatura e que, “num edifício para reconstruir não é possível garantir”.

“Os técnicos não asseguram que, no fim da obra, o imóvel fique com esta certificação energética quase nula”, observou.

Para a Casa do Povo, “é imperativo desburocratizar procedimentos, ajudar e facilitar o acesso a financiamentos e acompanhar a sua execução verdadeiramente”.

“O conteúdo do PRR precisa de ser adaptado para incorporar novos desafios. É público que a execução do PRR está aquém do esperado, não superando as expectativas, uma vez que tem uma burocracia muito grande no que diz respeito ao Sector Social Solidário”, lê-se ainda na missiva.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

ASSOCIAÇÃO SALVADOR PROMOVE PETIÇÃO COM MAIS DE 10 MIL ASSINATURAS

Falta de acessibilidades requer aumento de fiscalização

Uma petição com mais 10.300 assinaturas, já enviada ao parlamento, apela a uma revisão da estrutura e funcionamento das entidades fiscalizadoras das acessibilidades, denunciando passadeiras mal rebaixadas, rampas inclinadas e paragens de autocarro junto a passagens de peões.

A Associação Salvador, promotora da petição, identifica a falta de acessibilidades como o principal fator de exclusão social de pessoas com deficiência, afetando mais de um milhão de portugueses, incluindo pessoas com deficiência motora, idosos, pessoas com carrinhos de bebé ou com mobilidade reduzida permanente ou temporária.

Na petição, enviada ao Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, são apontados como impedimentos de acessibilidades algumas paragens de autocarro ou zonas de estacionamento de trotinetes que impedem a passagem dos peões e ainda as rampas de acesso que têm mais de 6% de inclinação.

Dos maus exemplos enumerados contam ainda a calçada portuguesa ou espaço público sem manutenção, com buracos e obstáculos na circulação ou as casas de banho não adaptadas, sem barras de apoio e espaço de circulação ou balcões não rebaixados.

Segundo o texto da petição, já existem em Portugal leis sobre as acessibilidades, mas não são totalmente postas em prática e respeitadas, além de que não existe fiscalização, quer por falta de recursos quer por falta de priorização da área, o que contribui para a falta de acessibilidades continuar a ser um dos principais fatores de exclusão no país.

A criação de mecanismos de fiscalização e de monitorização das políticas de acessibilidades, que garantam uma vida plena para qualquer cidadão, é exigida pelos subscritores, que sugerem uma alteração das entidades fiscalizadoras, um aumento dos investimentos em programas de fiscalização e a criação de mecanismos de monitorização mais transparentes e participativos.

D.R.



O fundador da Associação Salvador, Salvador Mendes de Almeida, em comunicado divulgado, diz observar muitas lacunas na implementação e fiscalização das políticas de acessibilidade, resultando em barreiras para milhares de cidadãos em todo o país, além de obras novas que não cumprem a legislação.

Exige por isso recursos adequados, autoridade suficiente e conhecimento técnico necessário para desempenharem eficazmente o seu papel na promoção e garantia da acessibilidade em todos os setores da sociedade.

TSR Excelência e Experiência desde 1995

Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.



Mais de **900 parcerias** de sucesso

Mais de **40 soluções** personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas

tsr PI Plataforma Integrada WEB

- tsr UT Utentes
- tsr B Bancos
- tsr REN Rendas
- tsr ASS Associados Irmãos
- tsr CX Caixas e Pagamentos e Fornecedores
- tsr QJI Qualidade 3ª Idade
- tsr QJI Qualidade Infância e Juventude



+351 253 408 326
+351 939 729 729
tsr@tsr.pt

saiba mais em tsr.pt





A SOLIDARIEDADE NÃO TEM IDADE

PSP encontrou 279 idosos em situação de risco social

As equipas da PSP dedicadas a detetar situações de risco entre a população com mais de 65 anos encontrou 279 idosos em situação de risco social, entre os quais casos médicos urgentes e suspeitas de vítimas de crimes.

A Polícia de Segurança Pública (PSP), no âmbito da 12.ª edição da Operação “A Solidariedade Não Tem Idade”, que decorre desde 27 de julho e até 27 de setembro em todo o território nacional, sinalizou já 530 idosos, 279 dos quais em risco de situação social, de acordo com um balanço intercalar.

Em comunicado, a PSP refere que as deteções foram feitas “maioritariamente através dos polícias afetos às Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV)”, que têm como principal objetivo “intensificar o contacto direto e o diálogo com a população mais idosa (+65 anos)”.

Procura-se detetar precocemente “casos de fragilidade social, vulnerabilidade física e/ou psíquica e suspeitas de crimes contra a integridade física” e promover “apoio imediato e necessário através de respostas concertadas com as entidades parceiras”.

“Entre os vários fatores de risco verificados, 76 idosos foram sinalizados por falta de autonomia, 49 por apresentarem quadro clínico grave que exigia acompanhamento médico imediato, 48 por ausência de rede de contactos, 54 por suspeita de serem vítimas da prática reiterada de crimes, 26 por habitarem em condições de vida degradantes, 19 por exclusão social

completa e 7 por insuficiência económico-financeira”, detalhou a PSP.

A PSP sublinha que a população idosa, “pelas suas limitações de locomoção e fragilidades psíquicas, tornam-se vítimas preferenciais em relação a crimes”, como roubo, burla extorsão, coação, sequestro, violência doméstica, maus-tratos, a que se juntam vulnerabilidades económicas, visíveis em condições precárias de habitação, higiene e saúde.

“A sensação de abandono (solidão) e o flagelo social do isolamento, próprio das grandes urbes, associado à consciência que a pessoa idosa tem das suas vulnerabilidades e da incapacidade para as superar autonomamente, agravam o risco de (re)vitimização. E todas estas variáveis, sem um círculo familiar e/ou de vizinhança ativo e solidário, potenciam as situações de anonimato que inviabilizam eventuais intervenções de cariz assistencial, podendo mesmo, por vezes, culminar na morte do idoso”, sublinha a PSP.

O trabalho das equipas EPAV é detetar indícios dos vários fatores de risco e comunicar às instituições parceiras com capacidade de intervenção nas fragilidades identificadas.

“A par deste esforço de pesquisa, estes polícias são, muitas vezes, a única companhia ou “cara amiga” que estes idosos têm, tornando-se nos seus confidentes, amigos e familiares. Esta proximidade que se cria entre Polícia e cidadão é a verdadeira essência do policiamento de proximidade e uma das principais missões da

PSP”, refere o comunicado.

A polícia realiza esta operação de cariz preventivo anualmente desde 2012, sendo o principal objetivo “intensificar o contacto direto e o diálogo com a população mais idosa” que visa “a deteção, tão precoce quanto possível, de casos de fragilidade social, vulnerabilidade física e psíquica e suspeitas de crimes contra a integridade física, bem como a promoção do apoio imediato e necessário através de respostas concertadas com as entidades parceiras”.

Durante toda a operação de 2023, a PSP sinalizou 509 idosos a viverem em situações de risco social, dos quais 424 foram de imediato encaminhados para instituições de apoio social. A polícia indicou que na operação do ano passado estiveram envolvidos cerca de 700 polícias que realizaram 4.028 contactos individuais de prevenção criminal e 233 ações de sensibilização.

A PSP lembra ainda o programa “Estou Aqui Adultos”, para localização de adultos perdidos, em vigor desde 2015, tendo desde então garantido o reencontro de 84 pessoas perdidas ou desorientadas com as suas famílias, tendo já atribuído 15.466 pulseiras de georreferenciação, havendo atualmente 5.680 pessoas a usufruírem deste mecanismo.

A PSP recorda ainda que qualquer pessoa pode denunciar uma suspeita de crime nas esquadras ou através dos emails violenciadomes-tica@psp.pt e proximidade@psp.pt.

PROGRAMA RADAR SOCIAL

Grande adesão por parte das câmaras municipais

O coordenador do plano de envelhecimento ativo, Nuno Marques, destacou hoje a “adesão maciça” ao programa Radar Social, que permite constituir equipas para identificar as pessoas mais vulneráveis e mapear todas as situações numa plataforma central.

“Teve uma adesão maciça dos municípios em termos nacionais e este radar vai ser essencial porque vai identificar as pessoas para depois permitir a atuação no âmbito de todas as outras medidas previstas”, disse Nuno Marques.

O coordenador do Plano de Ação para o Envelhecimento Ativo e Saudável considerou que esta será “uma aposta ganha no futuro”, tendo em conta a adesão dos municípios, numa medida que tem apoios do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Segundo explicou, as equipas municipais - algumas já no terreno - farão o mapeamento das situações de maior vulnerabilidade, permitindo depois “uma atuação mais fina” e ajustada em cada território.

“Há equipas no terreno a começar já e os municípios que ainda não as têm estão a constituí-las, com base nos ‘timings’ previstos”, disse o responsável, apontando que será depois disponibilizada pelo Instituto da Segurança Social uma plataforma central para que tudo fique mapeado, facilitando o acesso a esta informação e dando uma “visão mais global” para ajudar na aplicação de “políticas de atuação mais precisas no futuro”.

O projeto Radar Social prevê a criação de 278 equipas técnicas multidisciplinares para projetos piloto, em Portugal continental, com a duração de 27 meses, de acordo com a dimensão populacional residente em cada concelho e a abrangência da intervenção. Estas equipas estão integradas nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), da Rede Social, das Câmaras Municipais.

Num balanço feito à Lusa do Plano Nacional de Envelhecimento Ativo, que foi publicado em janeiro em Diário da República, o responsável

destacou ainda as ações de sensibilização e apoio às populações mais isoladas que a GNR e a PSP têm desenvolvido.

O Plano de Ação para o Envelhecimento Ativo e Saudável inclui 83 medidas e 135 atividades, promovendo respostas integradas e articulando políticas nas várias áreas de atuação.

O plano está estruturado em seis pilares: Saúde e bem-estar; Autonomia e vida independente; Desenvolvimento e aprendizagem ao longo da vida; Vida laboral saudável ao longo do ciclo de vida; Rendimentos e economia do envelhecimento e Participação na sociedade.

Em Portugal, os dados dos Censos 2021, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, revelam um aumento expressivo da população idosa e um decréscimo da população jovem. Por cada 100 jovens portugueses existem já 182 idosos.

Portugal é um dos países com Índice de Envelhecimento mais elevado do Mundo e projeções recentes colocam-no como o 4.º país a envelhecer mais rapidamente.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Taxas de juro: Uma quase certeza e muitas dúvidas

Aparentemente podemos dar como certo um primeiro corte nas taxas de juro nos Estados Unidos durante o corrente mês de setembro. No mesmo mês, provavelmente também o BCE fará um novo corte de vinte e cinco pontos base nas taxas de juro de referência.

Podemos basear esta expectativa quer em dados estatísticos quer em declarações dos banqueiros centrais.

Os dados estatísticos dizem-nos que a inflação se encaminha para os canónicos 2%. Na zona euro o último registo foi de 2,2% embora boa parte deste desempenho se deva à contribuição negativa da energia cujos preços baixaram 3%. Se excluíssemos a energia a variação do índice seria de 2,7% além de que persiste um irritante, a saber, o aumento nos preços dos serviços de 4,2%. Nos Estados Unidos o índice de preços no consumidor desceu para baixo dos 3% pela primeira vez nos últimos anos, embora, também aqui permaneçam alguns sinais menos positivos. Excluindo a energia e a comida a variação do índice teria sido de 3,2% e os serviços continuam a ver os preços subir 4,9%. Em Portugal o último registo da inflação referente a agosto mostra uma variação homóloga anual de 1,9%.

Quanto ao mercado de trabalho os números vão apontando para algum arrefecimento embora, aparentemente sem drama de maior. Os números dos Estados Unidos para julho saíram decepcionantes e, inclusivamente, provocaram um momento de pânico nos mercados financeiros, com alguns investidores a sair apressadamente das suas exposições com receio de que estivesse iminente ou a caminho uma recessão económica. Esses receios eram, aparentemente, excessivos tendo os mercados já recuperado da correção do início de agosto.

As taxas de desemprego têm subido ligeiramente nas leituras mais recentes, contudo, mantêm-se em níveis historicamente baixos quer nos Estados Unidos quer na Europa. Nos Estados Unidos as taxas de desemprego têm aumentado mesmo num contexto em que a criação de emprego continua em território positivo o que significa que a força de trabalho está a aumentar o que pode significar que mais pessoas se encontram disponíveis para trabalhar o que, no caso americano, pode resultar, em parte, do fenómeno migratório.

Embora persistam alguns sinais que sugerem prudência parece que a inflação se encaminha consistentemente e em devido tempo

para os níveis desejados e, por outro lado, continua a valer a esperança de que este processo desinflationário não obrigue necessariamente a um episódio de recessão. O cenário da aterragem suave continua a ser o mais provável.

Depois temos as declarações de intenção dos banqueiros centrais. Em Jackson Hole, onde todos os anos, no final de agosto, se reúne a nata dos banqueiros centrais, o presidente da reserva federal americana afirmou de uma forma explícita, nada habitual pelos padrões dos banqueiros centrais (em geral os banqueiros centrais preferem uma linguagem vaga, evasiva, que não os comprometa excessivamente), que “o tempo chegou” para começar a reduzir as taxas de juro.

Se o presidente da reserva federal foi explícito em relação ao timing, a verdade é que evitou abordar ou foi propositadamente ambíguo em relação a outros pontos igualmente importantes.

O primeiro desses pontos é a dimensão deste primeiro corte. A maioria dos investidores e dos analistas acredita que serão os regulamentares vinte e cinco pontos base, contudo, há quem pense que não é de excluir um primeiro desbaste de cinquenta pontos base.

Apostaria no movimento de menor dimensão. Um corte de cinquenta pontos base poderia ter consequências perversas. Alguns operadores de mercado poderiam pensar que um movimento dessa dimensão poderia significar que a reserva federal sabe alguma coisa que não sabemos e que a situação pode ser pior do que aparenta. As consequências nos mercados poderiam não ser simpáticas.

Um segundo tema a respeito do qual muito nos interessaria conhecer o pensamento da reserva federal é qual é a estimativa do valor da taxa de juro neutral no atual estado da economia e da sociedade.

A taxa de juro neutral é aquela que é suficientemente baixa para manter níveis de emprego considerados aceitáveis, mas, ao mesmo tempo, não acelera a inflação. Como é evidente a taxa de juro neutral não se pode medir diretamente, quando muito podemos fazer estimativas indiretas através de modelos econométricos.

Apesar de não podermos medir com precisão cirúrgica a taxa de juro neutral a verdade é que uma ordem de grandeza, segundo a avaliação dos bancos centrais, seria de grande utilidade

na medida em que nos poderia dar uma ideia da dimensão do ciclo de descidas que agora vai começar nos Estados Unidos e que já começou na zona euro e no Reino Unido. Dito de outro modo, em que nível de taxas de juro aterraremos no final do ciclo?

Se acreditarmos no famoso mapa dos pontos que a reserva federal publica regularmente vemos que a maioria dos decisores da política monetária acredita que fecharemos o ano de 2025 com taxas nominais de 4% e, para 2026, a expectativa dominante é de 3%.

Provavelmente o caminho futuro das taxas de juro será bem menos regular que o que está implícito nas projeções dos decisores da Reserva Federal.

No entanto a estimativa para final de 2025 não parece deslocada. Uma redução global de cento e vinte e cinco ou cento e cinquenta pontos base ao longo do que resta de 2024 e durante 2025 parece razoável.

Naturalmente que há muitas incertezas. Obviamente que acontecimentos exógenos à economia podem mudar o curso do processo de ajustamento das taxas de juro.

Entre os fatores exógenos que podem alterar o quadro geral salientaria o resultado das próximas eleições americanas.

Nos programas económicos dos dois candidatos não é visível qualquer notória preocupação com o estado das finanças públicas americanas atuais. Em 2023 o déficit foi de 1,7 triliões de dólares (milhões de milhões), 6,3% do PIB, e o valor para 2024 poderá chegar aos dois triliões. A dívida pública em relação com o PIB está atualmente mais elevada do que o máximo histórico ocorrido em 1946 na sequência da segunda guerra mundial.

Não sabemos durante quanto tempo mais vai durar esta extraordinária complacência dos mercados face à deterioração das finanças do tio Sam.

Se Donald Trump ganhar a coisa pode ficar séria. O que se conhece do programa económico de Donald Trump é claramente inflacionista. Medidas como tarifas sobre importação, redução de impostos, tornar permanentes cortes de impostos que era suposto serem temporários, tudo isso tem potencial para inverter o atual ciclo de controlo da inflação.

Se Trump ganhar é bem possível que os decisores da Reserva Federal tenham de rever as suas projeções sobre o caminho futuro das taxas de juro.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



O Douro das vindimas

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

VALPAÇOS, VILA REAL

Vai nascer “uma aldeia” para doentes com Alzheimer e Parkinson

A Associação de Solidariedade Social São Pedro está a construir “uma aldeia” para 58 doentes com Alzheimer e Parkinson, no concelho de Valpaços, onde projeta também oito apartamentos em habitação colaborativa para idosos e pessoas com deficiência.

“Estamos a construir um projeto muito inovador. É um projeto que é único em Portugal que se destina a pessoas com Alzheimer e Parkinson e que vai ficar quase como uma aldeia”, afirmou o presidente da associação, Leonardo Paredes Batista.

O novo equipamento, que está a nascer na aldeia de Sanfins, no concelho de Valpaços, distrito de Vila Real, vai ter capacidade para acolher 58 utentes com doenças neurodegenerativas, como Alzheimer e Parkinson, e vai ter espaços como uma mercearia, farmácia, cabeleireiro, restaurante, um quiosque, várias lojas comerciais, serviços de fisioterapia, bem como de terapia com animais, designadamente cavalos.

Contará ainda com peixes, pássaros e salas de música, de “snoezelen”, que se destina à estimulação multissensorial do cérebro, e uma outra de silêncio.

“Tenho notado que as pessoas que temos nos lares, muitas delas têm Alzheimer e nós não lhes podemos dar aquilo que elas precisam”, justificou Leonardo Paredes Batista, que disse estar ligado à área social há cerca de 40 anos e defendeu espaços dedicados a estes doentes e às suas famílias.

A inspiração para “esta aldeia” veio de um projeto semelhante nos Países Baixos e em Espanha (Salamanca), onde existe um centro de referência estatal destinado a pessoas com Alzheimer e outras demências.

O investimento previsto ronda os três milhões com euros e resulta de um financiamento do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (Pares), do apoio da Câmara de Valpaços e de um empréstimo bancário da instituição particular de solidariedade social (IPSS).

A obra arrancou em fevereiro de 2023, deverá estar concluída até 31 de dezembro e o novo equipamento deverá entrar em funcionamento até ao final do primeiro trimestre de 2025.

Ainda em Sanfins, a Associação de Solidariedade Social São Pedro vai construir oito apartamentos para habitação colaborativa, de tipologias T0, T1 e T2, com capacidade de alojamento para 19 residentes, um projeto destinado a pessoas que ainda estejam autónomas.

“É um modelo que vai privilegiar a inclusão e o combate ao isolamento das pessoas que estão em situação de maior vulnerabilidade social, como são os idosos ou pessoas com deficiência, isto sempre numa perspetiva

de equilíbrio entre a privacidade individual e o espaço coletivo”, explicou Leonardo Paredes Batista.

Estas habitações colaborativas vão nascer numa antiga casa de grandes dimensões, localizada naquela aldeia transmontana, que vai ser reconstruída para o efeito.

O objetivo é manter o convívio e a ligação entre os utentes e os moradores daquela aldeia.

Para além das habitações, o projeto inclui ainda a construção de espaços comuns para, por exemplo, atividades físicas e culturais.

“Aqui as pessoas fazem a sua vida independente e nós, como instituição, estamos sempre disponíveis para fazer o apoio domiciliário a nível da alimentação, da limpeza de casa ou da higiene pessoal”, explicou o presidente da associação.

O responsável adiantou que a obra será colocada a concurso público em setembro e que terá de estar concluída em março de 2026. O investimento previsto ronda um milhão de euros, com financiamento assegurado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A Associação de Solidariedade Social São Pedro dispõe de duas estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI), uma em Sanfins, que acolhe 51 utentes, e outra em Santa Maria de Êmeres, com 20 utentes.

Proporciona ainda apoio domiciliário a cerca de 30 utentes de várias freguesias de Valpaços e protocolou com a Segurança Social a distribuição de alimentos às pessoas mais carenciadas dos concelhos de Valpaços e de Vila Pouca de Aguiar.

DR



Lavandarias Profissionais IPSS

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele